

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JULIANA GARCIA RIGOLIN

A PRÁTICA DOCENTE NO COMPLEXO SOCIOEDUCATIVO POMERI

CÁCERES-MT
2021

JULIANA GARCIA RIGOLIN

A PRÁTICA DOCENTE NO COMPLEXO SOCIOEDUCATIVO POMERI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Dra. Maria do Horto Salles Tiellet.

CÁCERES-MT
2021

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

	RIGOLIN, Juliana Garcia.
R565a	A Prática Docente no Complexo Socioeducativo Pomeri / Juliana Garcia Rigolin - Cáceres, 2021. 83 f.; 30 cm.
	Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021. Orientador: Maria do Horto Salles Tiellet
	1. Complexo Pomeri. 2. Ensino Aprendizagem. 3. Socioeducação. 4. Professores. 5. Prática Docente. I. Juliana Garcia Rigolin. II. A Prática Docente no Complexo Socioeducativo Pomeri: . CDU 376

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

JULIANA GARCIA RIGOLIN

A PRÁTICA DOCENTE NO COMPLEXO SOCIOEDUCATIVO POMERI

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria do Horto Salles Tiellet (Orientadora – PPGEdu/UNEMAT)

Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira (Avaliadora Externa –
PPGEO/PPCIEI/UNEMAT)

Dr. Riller Silva Reverdito (Avaliador Interno – PGEdU/UNEMAT)

APROVADA EM: 25/08/2021

Dedico esse trabalho ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Cáceres - UNEMAT, à professora doutora e orientadora Maria do Horto Salles Tiellet, aos meus pais, irmão e namorado, à Escola Estadual Meninos do Futuro, à Superintendência do Complexo Pomeri, à coordenação e equipe técnica do Mestrado em Educação Unemat Cáceres e aos professores que concederam entrevista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Mestrado em Educação da UNEMAT Cáceres e à Professora Doutora e Orientadora Maria do Horto Salles Tiellet, já que, sem a existência do Programa e sem a escolha do projeto no processo seletivo, o mesmo não seria real, seria apenas um projeto impresso em folhas de papel.

É necessário o agradecimento a toda a comunidade acadêmica do Curso de Pós-graduação em Educação da UNEMAT Cáceres, pelo desempenho administrativo e docência, na condução do curso e para mantê-lo existindo. Sinceros agradecimentos aos professores, ao Osmar (Secretário do Curso) e à professora coordenadora Rosely.

Agradecimentos ao senhor Superintendente da Secretaria de Segurança Pública, que administra o Socioeducativo de Cuiabá, senhor Iberê Ferreira da Silva Júnior, e à Diretora da Escola Meninos do Futuro, professora Marli Goveia de Oliveira, por aceitar a pesquisa, e que desse as possibilidades de acesso para a sua realização.

Estimas aos colegas do curso, que compartilharam suas frustrações, seus conhecimentos, sua atenção durante as nossas aulas, e pós-aulas. Agradeço sobretudo à minha amiga Catia, que a amizade transpôs os bancos do mestrado.

Agradeço aos meus pais, Wilson e Marli, aos meus irmãos, Gustavo e Guilherme, à atenção dada a esse período e ao meu namorado Dalmecir.

E não seria diferente e não menos surpreso trazer de novo a essa lista de agradecimentos a Professora Doutora e Orientadora Maria do Horto Salles Tiellet, que muito contribuiu para a formação dessa Dissertação.

Gratidão a todos

RESUMO

A presente pesquisa, intitulada “A prática docente no Complexo Socioeducativo Pomeri”, tem como objetivo analisar os objetivos da socioeducação percebidos por professores da Escola Estadual Meninos do Futuro na prática docente; refletir sobre os desafios pertinentes ao processo ensino-aprendizagem para a socioeducação; relacionar os objetivos apontados pelos docentes, em seus planos de ensino, que projetam a socioeducação; conhecer a percepção dos docentes sobre a relação entre processo ensino-aprendizagem e a socioeducação. Buscamos resposta ao seguinte questionamento: os objetivos da socioeducação são percebidos pelos professores da Escola Estadual Meninos do Futuro do Complexo Socioeducativo de Cuiabá (Pomeri) na prática docente? A pesquisa é descritiva de abordagem qualitativa. Os autores em que o trabalho se sustenta são: Guralh (2010), Lira (2017), Freitas (2017), Andrade (2017), Albuquerque (2019), dentre outros que tratam da socioeducação e sua real importância na prática pedagógica no contexto das Unidades Socioeducativas. Para desenvolvermos a pesquisa utilizamos as seguintes fontes de coleta de dados: I) entrevista em pauta com os professores; e II) fonte documental. O local da pesquisa foi a Escola Estadual Meninos do Futuro (EEMF) do Centro de Atendimento Socio Educativo de Cuiabá – Complexo Pomeri. Foram selecionados quatro professores da EEMF, que trabalham há mais de um ano na unidade escolar. A cada questão ou pauta da entrevista resultou as categorias: perfil do adolescente em conflito com a Lei: Formação e prática; Ensino-aprendizagem e socioeducação; e Adolescentes e ações pedagógicas. No sistema socioeducativo o que importa é possibilitar aos infratores o retorno à sociedade, com perspectiva de futuro, superando os atos infracionais que possam tê-los colocado em confronto com a comunidade. Para tais superações aposta-se na educação, tanto fora do sistema como dentro do sistema socioeducativo. Na educação fora do sistema socioeducativo aposta-se que a escola e a sociedade protejam a criança e o adolescente, de modo que eles, em situação de vulnerabilidade, não sejam cooptados pelo crime. E a educação no interior do sistema os habilite e lhes dê competências para que não reincidam. A socioeducação como ação pedagógica não está documentada, pois o diário está pronto e basta ser preenchido, então acredita-se que o método de agir diferente na sala de aula se apresenta como discurso, e não metodologicamente estruturado. Também não foi possível identificar, no Projeto Político Pedagógico da EEMF, que a metodologia, as ações pedagógicas estariam voltadas aos aspectos da socioeducação. O professor precisa ser um mediador do processo de ensino e aprendizagem, cabendo a ele planejar as situações didáticas, selecionar e criar bons recursos didáticos, avaliar e redimensionar o ensino, fornecer informações necessárias, estimular comportamentos socialmente aceitáveis, gerir o tempo e o espaço escolar, situação que está em processo de compreensão e efetivação na EEMF do Complexo POMERI.

Palavras chave: Complexo Pomeri. Ensino Aprendizagem. Socioeducação. Professores. Prática docente.

ABSTRACT

This research, entitled “Teaching practice in the Pomeri Socio-educational Complex”, aims to analyze the objectives of socio-education perceived by teachers from Meninos do Futuro State School in their teaching practice; to think over the challenges pertinent to the teaching-learning process for socio-education; to list the objectives pointed out by teachers, in their teaching plans, which design socio-education; to know the perception of teachers regarding the connexion between teaching-learning process and socio-education. We look for an answer to the question: are the goals of socio-education perceived by the teachers of Meninos do Futuro State School, from Cuiabá Socio-educational Complex (Pomeri) in their teaching practice? This research is descriptive with a qualitative approach. This work is supported by the following authors: Guralh (2010), Lira (2017), Freitas (2017), Andrade (2017), Albuquerque (2019), among others dealing with socio-education and its real importance in pedagogical practice in the context of Socio-educational Units. In order to develop this research, we used the ensuing data collection sources: I) interview on agenda with teachers; and II) documentary source. Research site was Meninos do Futuro State School (EEMF) from Cuiabá Socio-Educational Service Center – Pomeri Complex. We chose four teachers from the EEMF, who have been working at the school unit for more than a year. Each question or interview agenda resulted in the following categories: profile of teenagers in conflict with the Law: Training and practice; Teaching-learning and socio-education; and Adolescents and pedagogical actions. What matters in the socio-educational system is to enable offenders to return to society, with a perspective of the future, overcoming the infractions that may have brought them into confrontation with the community. For such overcomings, education is invested, both outside the system and within the socio-educational system. In education outside the socio-educational system, it is hoped that school and society will protect children and adolescents, so that they, in a vulnerable situation, are not co-opted by crime. And education within the system enables them and empowers them so that they do not relapse. Socio-education as a pedagogical action is not documented, because the diary is ready and it just needs to be filled in, so it is believed that the method of acting differently in the classroom presents itself as discourse, and not methodologically structured. In the Political Pedagogical Project of the EEMF it was also not possible to identify that methodology, pedagogical actions would be focused on aspects of socio-education. The teacher must be a mediator of the teaching and learning process, being responsible for planning the didactic situations, selecting and creating good teaching resources, evaluating and resizing teaching, providing necessary information, encouraging socially acceptable behaviors, managing school time and space, a situation that is in the process of being understood and implemented at EEMF of the Pomeri Complex.

Keywords: Pomeri Complex. Teaching Learning. Socio-education. Teachers. Teaching practice.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo

CDC – Convenção sobre direitos das Crianças

CEP – Comitê de ética em Pesquisa

CEPEM – Centro de Promoção Educacional do Menor

CPA – Centro Político Administrativo

CEE/MT – Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso

CSP – Centro Socioeducativo Pomeri

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPMI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CF – Constituição Federal

DEA – Delegacia Especializada do Adolescente

DEDICCA – Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

DRC – Documento de Referência Curricular para Mato Grosso

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EEMF – Escola Estadual Meninos do Futuro

EMPAER – Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

FEBEMAT – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor de Mato Grosso

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

MDH – Ministério dos Direitos Humanos

MT – Mato Grosso

ONU – Organização das Nações Unidas

PIA – Plano Individual do Adolescente

PROSOL – Secretaria de Promoção Social

SEDUC/MT – Secretaria do Estado de Educação do Estado de Mato Grosso

SESP/MT – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso

SETAS – Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SIPIA – Sistema de Informação Para a Infância e Adolescência

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento ao Socioeducativo

SNDCA – Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

SIGEDUCA/MT – Sistema de Gerenciamento de Informação Educação Estado de Mato Grosso

TAE – Técnico Administrativo Educacional

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso

UF – Unidade da Federação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos Sujeitos Pesquisados.....	21
Quadro 2 – Relação das produções selecionadas segundo autor, título, ano, instituição pública e tipo de estudo.....	34
Quadro 3 – Relação das produções que tratam sobre a socioeducação e a prática docente.....	38
Quadro 4 – Número de atos infracionais por espécie, praticados por adolescentes internados no CASE de Cuiabá no ano de 2019.....	43
Quadro 5 – Número de atos infracionais por espécie, praticados por adolescentes internados no CASE de Cuiabá nos anos de 2020.....	43
Quadro 6 – Matrículas de ano de 2019, na escola EEMF do Socioeducativo POMERI.....	46
Quadro 7 – Matrículas do ano de 2020, na escola EEMF do Socioeducativo – POMERI.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	144
2 CAMINHOS TEÓRICO METODOLÓGICOS.....	20
2.1 Tipo de Pesquisa.....	20
2.2 Problema.....	20
2.3 Objetivos.....	21
2.3.1 Geral.....	21
2.3.2 Objetivos específicos.....	21
2.4 Lugar da pesquisa: breve contextualização.....	21
2.5 Sujeitos da pesquisa.....	23
2.5.1 Critérios de escolha dos sujeitos da pesquisa.....	23
2.6 Fontes de Coleta de dados.....	23
2.7 Dimensão Ética da pesquisa.....	24
2.8 Procedimento de análise da pesquisa.....	24
3 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: histórico, legislação e educação.....	26
3.1 A educação como direito individual e social: legislações.....	266
3.1.1 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90).....	29
3.1.2 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.....	30
3.1.2.1 SINASE (Resolução nº 119, de 11/12/2006).....	30
3.1.2.2 SINASE (Lei nº 12.594, de 18/01/2012).....	32
3.2 Escolarização dos adolescentes infratores e a socioeducação.....	333
3.2.1 Socioeducação: conceito.....	344
3.3 Produções sobre o tema socioeducação.....	366
3.3.1 A socioeducação e a prática docente.....	39
3.4 O Professor como agente socioeducador.....	41

**4 A SOCIOEDUCAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL MENINOS DO FUTURO:
SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS
DADOS.....444**

4.1 Perfil dos adolescentes em conflito com a lei.....44

**4.1.1 Situação do adolescente em conflito com a lei pós ECA: Caso Cuiabá.....
444**

4.1.2 Manifestação dos professores a respeito dos adolescentes.....49

4.2 Formação e Prática docente.....52

4.3 Ensino-aprendizagem e Socioeducação.....56

4.4 Adolescentes e Ações Pedagógicas.....59

**4.4.1 Planejamento de
Ensino.....633**

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS.....677**

REFERÊNCIAS.....72

**APÊNDICE A – TERMO DE COMPROMISSO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
NA
PESQUISA.....788**

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE
ESCLARECIMENTO.....80**

**APÊNDICE C – ROTEIRO ENTREVISTA POR
PAUTA.....82**

**ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO
CEP/UNEMAT.....833**

1 INTRODUÇÃO

“Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos”. (Nelson Mandela – Long Walk, Londres:1994. Tradução Pochmann).

O exercício na advocacia foi por cinco anos, até tomar posse no concurso de Técnica Administrativa Educacional (TAE). Depois da posse, foram trinta dias para entrar em exercício na função e escolher a unidade escolar que iria trabalhar. Da lista de quinze escolas, nenhuma tinha vaga, então me lembrei da Escola Estadual Meninos do Futuro (EEMF), que havia conhecido, como aluna especial do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, onde pude desenvolver o tema Educação Prisional, em um seminário e na elaboração de um artigo como exigências para a conclusão da disciplina. Nas leituras e pesquisas para o desenvolvimento do artigo, naquela época, os assuntos permeavam à formação e ao papel do professor, quanto a sua atuação em sala de aula, que deve ultrapassar a reprodução de matéria e ser o agente modificador na vida dos jovens, transformando as crianças e adolescentes em cidadãos, especialmente com relação às crianças e aos adolescentes infratores.

A atribuição¹ saiu para a Escola Estadual Meninos do Futuro, unidade escolar que atende especificamente o Complexo Socioeducativo do POMERI. A secretaria da Escola Estadual Meninos do Futuro (o departamento administrativo), está localizada fora do Centro de Socioeducação, mas, que no desempenho da função de Técnico Administrativo Educacional - TAE, teria, também, que trabalhar dentro da unidade socioeducativa, pois é lá que estão as salas de aula, a sala da coordenação, a sala dos professores, a cozinha, o laboratório de informática, a biblioteca e o refeitório dos alunos.

Saindo pelo portão da secretaria da EEMF, uma casa sem muita estrutura física para funcionamento, em meio a um matagal; caminhei por uma estradinha que é de terra e em linha reta, mais ou menos quinhentos metros até o portão da Unidade Socioeducativa, localizada em

¹ A atribuição é um processo que, todos os anos, os servidores da Educação do Estado de Mato Grosso, lotados nas Unidades Escolares, passam, através do preenchimento de uma planilha de pontuação, em que se coloca as horas feitas ao longo do ano de formação continuada, de cursos voltados à Educação, informática e especializações. Assim, gera-se uma listagem de pontos, e cada servidor escolhe a Escola em que deseja trabalhar no ano letivo seguinte, política adotada pelo ex-governador Pedro Taques, em 2015, e que até hoje é adotado pela Secretaria, mas que é odiado pelos servidores, porque todos os anos causa Instabilidade, o sentimento de que para qual Escola eu vou trabalhar no ano que vêm.

uma casa cedida pela Secretaria de Segurança Pública - SESP. Parei em frente ao portão, um dos agentes, que fica de guarda nesse local, abriu o portão, me identifiquei como servidora da EEMF, me pediram para assinar o Livro de Controle de Entrada e Saída de pessoas, entrei e, juntamente com a funcionária que exercia a função de secretária escolar na época, tomei conhecimento do espaço e da minha função na escola. Esta descrição aponta a minha relação com a EEMF, o que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa em uma instituição, que possui aspectos legais, que assiste crianças e adolescentes no Brasil, a maneira de atuação do sistema socioeducativo que é muito diferente quando trata do sistema prisional propriamente dito.

No sistema socioeducativo, em relação à criança e ao adolescente, não há que se fazer menção ao perfil do infrator, ao ato infracional e às circunstâncias do mesmo, mas, possibilitar aos infratores o retorno à sociedade com perspectiva de futuro, superando os atos infracionais que possam tê-los colocado em confronto com a comunidade. Para tais superações aposta-se na educação, tanto fora do sistema como dentro do sistema socioeducativo.

A educação, compreendida como fenômeno histórico e cultural, abrange diversos processos sociais em que o ser humano, em contato com o mundo e na relação consigo e com o outro, elabora o conhecimento, transforma sua realidade e o meio que o circunda, compartilhando os resultados de suas experiências que, por sua vez, fomentaram novos saberes, que novamente foram compartilhados. As experiências educativas ocorrerem em diferentes espaços e instituições: família, comunidade, instituições religiosas, manifestações culturais, espaços recreativos e de convivência, e nas instituições responsáveis pela educação formal, a exemplo da escola (BRANDÃO, 2007).

|O espaço escolhido para o desenvolvimento desta dissertação foi a Escola Estadual Meninos do Futuro (EEMF), em Cuiabá, mantida pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), e que está inserida dentro da Unidade Socioeducativa, no espaço denominado Complexo Pomeri. A Escola Estadual Meninos do Futuro não é, no Complexo Socioeducativo Pomeri, uma sala anexa de uma escola pública estadual constituída, mas é, isto sim, uma escola estadual específica para atender a educação dos meninos e das meninas em conflito com a lei internados no Complexo Pomeri.

O interesse para desenvolver esse trabalho se deu em decorrência da dúvida se os objetivos da Socioeducação eram percebidos pelos professores da Escola Estadual Meninos do Futuro do Complexo Socioeducativo de Cuiabá (Pomeri) na prática docente. Sempre estive envolvida, direta ou indiretamente, com a coordenação e com os professores da escola, sobre

assuntos pedagógicos, principalmente nas reuniões entre professores, entre a direção e a coordenação da escola ou entre o coletivo da EEMF e a Superintendência do Socioeducativo. Mas, bem antes desse período, eu já havia cursado uma disciplina, como aluna especial no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e nos meus trabalhos da disciplina eu abordava a Educação Prisional; e através da leitura de outros trabalhos científicos, pude compreender que a prática pedagógica desenvolvida pelo coletivo de professores, em uma escola que atende alunos privados de liberdade, exige uma capacidade que vai além da reprodução de matéria; exige a compreensão do profissional de que ele faz parte de um processo que deve proporcionar aos jovens o desejo de mudar e ter uma perspectiva de futuro.

Quando mencionamos práticas pedagógicas nos referimos ao conceito de Franco (2016), de que elas se referem às práticas sociais que têm finalidade e objetivo de concretizar processos pedagógicos relacionados aos conteúdos específicos e, também, que promovam a autonomia, a cidadania, fortaleçam as relações interpessoais dos sujeitos. A prática pedagógica dos professores e agentes é o grande desafio para tornar as unidades socioeducativas num espaço educativo, que garanta os objetivos legais, morais e de formação preconizadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) em suas normativas.

Os questionamentos relacionados à prática pedagógica se revelam centrais nas reflexões sobre a categoria socioeducação como ação, referente à lei que regulamenta a execução das medidas socioeducativas, e que, portanto, é papel de todos que trabalham em unidades socioeducativas. Para a pesquisa em pauta, escolhemos entre os agentes socioeducadores, os professores como sujeitos. Assim, traz-se como foco a prática pedagógica dos professores da Unidade Pomeri, expressando-se a problemática do seguinte modo: os objetivos da socioeducação são percebidos pelos professores da Escola Estadual Meninos do Futuro do Complexo Socioeducativo de Cuiabá (Pomeri) na prática docente?

O estudo tem como objeto de pesquisa a prática docente dos professores que atendem aos alunos da Escola Estadual Meninos do Futuro do Complexo Socioeducativo de Cuiabá. A prática docente são ações planejadas, de “acompanhamento e responsabilidade social, a fim de promover a transformação de si, do estudante e da realidade social” (POTTMEIER; SOUSA GUILHERME; FISTAROL, 2019, p. 184). Isto é, sob a ênfase do professor como elemento principal de transformação, aula associada à capacidade de influenciar o desenvolvimento humano de modo a ressignificar trajetórias de ações infracionais e a construção de novos projetos de vida, conforme Veiga (2000), Silva (2017) e Parigi (2017).

Assim a pesquisa se assenta nos seguintes objetivos: Analisar os objetivos da socioeducação percebidos por professores da Escola Estadual Meninos do Futuro na prática docente; Refletir sobre os desafios pertinentes ao processo ensino-aprendizagem para a socioeducação; Relacionar os objetivos apontados pelos docentes, em seus planos de ensino, que projetam a socioeducação; Conhecer a percepção dos docentes sobre a relação entre processo ensino-aprendizagem e a socioeducação.

A descrição do caminho da pesquisa - metodologia, parte de Gil (2017) e Godoy (1995), como meio utilizado para tornar o estudo e a pesquisa, compreensível a qualquer pessoa e que possa ser reproduzida, utilizando-se dos mesmos caminhos para fazer ciência e obter os mesmos resultados, conforme enfatizam Fonseca (2002), Goldenberg (2004) e Minayo (2006).

Enfaticamente, Gatti (2012), em seu artigo “A construção Metodológica da Pesquisa em Educação: Desafios”, trouxe uma reflexão para a pesquisa em pauta, à medida que expressa, no campo da educação, as novas exigências de qualidade, até de excelência, apontando a necessidade de enquadramento teórico e metodológico mais aprofundado e com maior especificidade sobre os temas relacionados a área de educação. Dito isso, é importante ressaltar que, na presente dissertação de mestrado, buscou-se prezar pelo rigor teórico-metodológico, destacando que a pesquisa é qualitativa, buscando compreender determinados fenômenos a partir da interpretação de informações de uma maneira aprofundada, de modo a compreender a prática docente dos professores da EEMF, obtendo informações a partir de diferentes fontes de coleta de dados.

No que tange aos procedimentos metodológicos da pesquisa referente à coleta de dados, fez-se uso de pesquisa bibliográfica sobre o tema, a qual auxiliou no estabelecimento das bases teóricas que perpassam todo o trabalho, bem como orientou o processo de análise das falas dos professores da EEMF. Usou-se como fonte de coleta de dados documentos como: Plano Político Pedagógico (PPP) da EEMF e planejamento de aulas do período de 2019 a dezembro de 2020. Ainda como fonte de coleta de dados optou-se pela entrevista por pauta, permitindo a extensão da conversa, deixando o entrevistado mais confortável e livre para desenvolver a sua resposta, conforme orienta Gil (2017).

Para atingir os objetivos da pesquisa elaborou-se as seguintes questões da entrevista: descreva a respeito do cotidiano do socioeducativo; manifeste sobre os desafios pertinentes ao ensino aprendizagem no socioeducativo; comente a relação ensino-aprendizagem e a socioeducação; e aponte em seu plano de ensino os objetivos, que visam a socioeducação. A

seleção dos participantes da pesquisa teve como critério ser professor com experiência mínima de um ano na EEMF, independente da área de formação.

Para a construção do texto da dissertação alguns autores fundamentaram o trabalho. Na área da educação sobre a prática docente estão: Freire (1979 e 1987), Brandão (2007) e Costa (2006). Sobre o tema socioeducação, utilizou-se Guralh (2010), Freitas (2017), Andrade (2017), Lira (2017) e Albuquerque (2019), dentre outros. Para abordar sobre o histórico da Escola Estadual Meninos do Futuro, apoiou-se em Carvalho (2015), Miranda (2014 e 2019) e Alves (2015).

A dissertação organiza-se em cinco seções. Na Introdução apresenta-se o tema de estudo e de forma breve o conteúdo e a estrutura do trabalho. Na seção 2 (dois) – Descrição do Caminho Metodológico – tratou-se do percurso metodológico do trabalho. A pesquisa é descritiva de abordagem qualitativa. Nessa seção são descritas as fontes de coleta de dados, assim como o procedimento para a análise dos dados.

Na seção 3 (três), intitulada – Adolescentes em conflito com a lei: histórico, legislação e educação – em pauta inicia-se com o contexto histórico das legislações que abordam a educação direito individual e social enquanto serviço de atenção básica a crianças e adolescentes infratores, para, posteriormente, trazer apresentação de um levantamento de produção com o intuito de conhecer as produções desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação sobre a educação em meio socioeducativo, identificando pesquisas que tenham relação com o estudo em pauta nos aspectos relacionados à prática docente com foco na socioeducação.

A seção 4 (quatro), denominada – A prática docente na Escola Estadual Meninos do Futuro: sistematização e análise dos dados – organiza-se considerando os instrumentos utilizados: resultado das informações extraídas do planejamento das aulas dos professores sujeitos da pesquisa e a sistematização das entrevistas considerando como categorias: Perfil dos adolescentes; Formação e prática docente; Ensino-aprendizagem e Socioeducação e Adolescentes e as ações pedagógicas.

Os professores entrevistados entendem o seu papel dentro da estrutura do sistema socioeducativo, assim como a sua importância na execução das medidas socioeducativas objetivando a socioeducação, embora normas educacionais legais, como a Base Nacional Curricular – BNCC e DRC de Mato Grosso, possam limitar as práticas docentes, pois, segundo eles, são sistemas que não conseguem contemplar a realidade do ensino no sistema socioeducativo.

E por fim, a quinta (5) seção – Considerações Finais – aponta, entre outros, o requisito indispensável que é a formação e o compromisso social do profissional que pretende estabelecer com os adolescentes uma relação que possibilite auxiliá-los na superação das dificuldades, angústias e descrenças nas relações interpessoais, além de realizar processos pedagógicos relacionados aos conteúdos específicos da escolarização, que assegurem, aos adolescentes em conflito com a lei, condições de trabalho e renda, promovam a autonomia, a cidadania e fortaleçam a confiança na e com a sociedade.

2 CAMINHOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

2.1 Tipo de Pesquisa

A descrição do caminho da pesquisa, ou o que se costuma chamar de metodologia, é “o contraste entre a teoria e os fatos e sua forma, é a de uma estratégia ou plano geral que determina as operações necessárias para fazê-lo” (GIL, 2017, p. 64). Na descrição metodológica faz-se necessário definir o tipo de pesquisa, o problema e objetivos que moveram para projetar a investigação, elencar as fontes de coleta de dados, sujeitos e critérios de seleção dos mesmos, assim como os procedimentos de análise dos dados.

Inicia-se com a afirmação de que a pesquisa que subsidia esta dissertação é descritiva, de abordagem qualitativa, visando compreender a expressão dos atores envolvidos na problemática que se quer estudar. A pesquisa é descritiva uma vez que descreve as características, o lugar de uma população, no caso, a prática docente dos professores da EEMF, cujo foco está na descrição dos diferentes tipos de dados existentes na realidade; eles são considerados importantes para a compreensão do fenômeno social em estudo do elemento analisado.

Gonzales-Rey (2005, p. 6) concebe que a abordagem qualitativa tem “a capacidade de gerar campos de inteligibilidade que possibilitem tanto o surgimento de novas zonas de ação sobre a realidade, como de novos caminhos de trânsito dentro dela através de nossas representações teóricas”. Sua característica está calcada na interpretação dos dados e informações, partindo do pressuposto de que a realidade não se encontra fora do indivíduo, mas é por ele construída e, desta forma, somente por meio de seu discurso pode-se percebê-la. Assim, a pesquisa qualitativa incluiu a compreensão dos dados expressos pelos participantes, assim como a preocupação de retratar a perspectiva dos participantes.

2.2 Problema

Os questionamentos relacionados à prática pedagógica se revelam centrais nas reflexões sobre a categoria socioeducação, como ação referente à lei que regulamenta a execução das medidas socioeducativas, e que, portanto, é papel de todos que trabalham em unidades socioeducativas. Para a pesquisa em pauta escolhemos os professores, como sujeitos. Assim, traz-se como foco a prática pedagógica de professores que atuam na Unidade Pomeri,

expressando a problemática do seguinte modo: que objetivos da socioeducação são percebidos pelos professores da Escola Estadual Meninos do Futuro do Complexo Socioeducativo de Cuiabá (Pomeri) na prática docente?

2.3 Objetivos

2.3.1 Geral

Analisar os objetivos da socioeducação são percebidos pelos professores da Escola Estadual Meninos do Futuro do Complexo Socioeducativo de Cuiabá (Pomeri) na prática docente.

2.3.2 Objetivos específicos

- ✓ Refletir sobre os desafios pertinentes ao processo ensino-aprendizagem para a socioeducação;
- ✓ Relacionar os objetivos apontados pelos docentes, em seus planos de ensino que projetam a socioeducação;
- ✓ Conhecer a percepção dos docentes sobre a relação entre processo ensino-aprendizagem e a socioeducação.

2.4 Lugar da pesquisa: breve contextualização

O *lôcus* da pesquisa foi a Escola Estadual Meninos do Futuro, do Complexo POMERI², localizado em Cuiabá. O Complexo POMERI, localizado na Avenida Dante Martins de Oliveira, s/nº Bairro Planalto, Cuiabá-MT, integra o Centro de Atendimento Socieducativo (CASE), composto por um conjunto de Unidades executoras das medidas socioeducativas. O Complexo POMERI abriga adolescentes em conflito com a lei, de ambos os sexos. A ala

² Assim como na sociedade Xavante, os adolescentes de quase todos os povos indígenas que habitam Mato Grosso passam por um processo de “reclusão” durante o qual são preparados para o exercício da cidadania junto às suas respectivas comunidades. Para os Ikpeng (Kabibe), o tempo de preparação para os adolescentes dura em torno de 18 meses e a cerimônia se denomina POMERI. Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo de Cuiabá/MT (2005, p. 18).

feminina do Complexo POMERI, se encontra sob a denominação jurídica: Centro Acautelatório Feminino.

O complexo é composto pela Delegacia Especializada do Adolescente, Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Ministério Público; Defensoria Pública; Juizado da Infância e Juventude; Projeto Rede Cidadã; Centro Integrado de Segurança e Cidadania; Superintendência do Sistema Socioeducativo e a Escola Estadual Meninos do Futuro.

Essa instituição escolar, específica, no interior do espaço socioeducativo, possui um corpo administrativo, coordenação, direção e corpo docente próprio. Diferentemente das cinco (5) unidades socioeducativas localizadas nas cidades de Cáceres, Rondonópolis, Barra do Garças, Lucas do Rio Verde e Sinop, que possuem salas de aula, de escolas estaduais locais, anexadas ao socioeducativo.

De acordo com a página da instituição, *blogspot*, a Escola Estadual Meninos do Futuro foi criada após extinção da Escola de 1º grau Agostinha Guimarães. Com a extinção da escola citada, houve a necessidade de criar uma nova escola e escolher um novo nome que viesse atender as crianças e adolescentes encaminhados às Unidades da PROSOL, sob guarda judicial e em situação de rua. O nome escola Meninos do Futuro foi escolhido pelos adolescentes que projetaram nesse nome o futuro melhor para cada um.

A Escola Estadual de Ensino fundamental Meninos do Futuro, foi criada pelo Decreto 404/22/09/95 e autorizada pela Resolução 027/97- CEE-MT na Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Séries, com o objetivo de atender as crianças e adolescentes excluídos do sistema de ensino e de todo contexto social, ou seja, adolescentes em conflitos com a lei, usuários de drogas, portadores de necessidades especiais (deficiências múltiplas), encaminhadas para as Unidades da PROSOL, ONGS e adolescentes que permaneciam em situação de rua. As crianças e adolescentes eram encaminhadas para as Unidades da PROSOL por ordem judicial, sendo que a maioria não possuíam mais vínculo com a família, ou quando possuíam não lhes davam condições suficientes para seu desenvolvimento psico-socio econômico sadio. (<http://eemeninosdofuturo.blogspot.com/2018/03/escola-estadual-meninos-do-futuro.html>)

Atualmente a Escola Estadual Meninos do Futuro atende os alunos do Centro Atendimento Socioeducativo (CASE) de Cuiabá. Em janeiro de 2003, por meio do Decreto nº 04, do Governador Blairo Borges Maggi, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública assumiu a gestão da política de atendimento em conflito com a lei. A Escola Estadual Meninos do Futuro - EEMF ocupa um imóvel da Secretaria de Estado e Justiça e Segurança Pública - SEJSP/MT e a SEDUC/MT oferece a Educação Básica e o Ensino Médio.

2.5 Sujeitos da pesquisa

O quadro docente da Escola Estadual Meninos do Futuro no início do ano letivo de 2020 foi composto por onze (11) professores. Devido a especificidade da Escola, a partir do segundo semestre de 2020, o quadro de professores passou a ser oito (8) sendo: duas (2) que atendem a Área de Linguagens, uma (1) professora de Educação Física, uma (1) professor que atende a Área de Ciências Humanas, uma (1) professora que atende a Área de Ciências da Natureza e um (1) professor de Artes, duas (2) professoras que exercem a função de Coordenadoras e uma Diretora.

2.5.1 Critérios de escolha dos sujeitos da pesquisa

Dentre os oito (8) professores do quadro docente constituído a partir do segundo semestre de 2020, o critério de seleção dos sujeitos da pesquisa foi o professor ter no mínimo um ano de experiência na EEMF, totalizando quatro (4) docentes - ver Quadro 1 (um).

Quadro 1 - Perfil dos sujeitos pesquisados

PSEUDÔNIMO	CARGO/FUNÇÃO	IDADE	TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO	TEMPO DE SERVIÇO NA EDUCAÇÃO NO SOCIOEDUCATIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO
MC	Coordenador	57 anos	34 anos	4 anos	Coordenação/Pedagoga
IO	Professor	38 anos	12 anos	3 anos	Matemática
FF	Professor	40 anos	14 anos	3 anos	Ciências da Natureza
MW	Professor	42 anos	15 anos	3 anos	Arte/Música

Fonte: SIGEDUCA (2020). Elaborado por RIGOLIN, Juliana Garcia (2021)

2.6 Fontes de Coleta de dados

Para a coleta de dados foram utilizadas as seguintes fontes: Fonte documental e entrevista por pauta. Os documentos foram: Plano Político Pedagógico (PPP) e o planejamento de aulas do período de 2019 a dezembro de 2020. A entrevista por pauta teve por base um roteiro de quatro eixos: 1) Perfil dos adolescentes; 2) Formação e prática docente; 3) Ensino-aprendizagem e Socioeducação; e 4) Adolescentes e as ações pedagógicas, para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serve, além de coletar as informações básicas, também de facilitar o processo de interação entre o pesquisador e o informante. A pauta através dos quatro

eixos guarda relação entre si. O agendamento para a entrevista dos quatro (4) docentes foi por *whatsapp*, e as entrevistas foram feitas por videoconferência, através do Skype, já que no ano em que esse trabalho foi desenvolvido, foi o ano em que a sociedade estava sendo atingida pela Pandemia da Covid-19.

A observação, assim como as anotações no caderno de campo, seria um dos meios utilizados no desenvolvimento da pesquisa em pauta, já que numa pesquisa qualitativa, Triviños (1987, p. 128) traz que “tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave”. Mas, devido ao cenário pandêmico e às restrições sanitárias mais rígidas surgidas dessa situação, como o distanciamento social, as aulas presenciais foram proibidas no centro socioeducativo de Cuiabá, ou seja, as aulas presenciais foram suspensas, e por não haver estrutura tecnológica no Centro Socioeducativo, a alternativa foi a confecção de apostilas pela própria equipe de professores da Escola. Assim, a convivência dessa pesquisadora no “ambiente natural” foi deixada em segundo plano, transcorrendo assim a adequação do trabalho para que não se perdesse o rigor técnico.

2.7 Dimensão Ética da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa tiveram suas identidades preservadas, sendo identificados os nomes por duas letras, escolhidas de forma aleatória, mas que fosse fácil identificar. A pesquisa foi aprovada e autorizada por meio do Parecer Consubstancial nº 3.904.115.

2.8 Procedimento de análise da pesquisa

Concordamos com Minayo (2006), que o tratamento dos dados, a partir dessa abordagem, possui vantagens ao buscar atingir os seguintes objetivos: “ultrapassagem da incerteza” – respondendo às perguntas, hipóteses e pressupostos; “enriquecimento da leitura” e “integração das descobertas” – desvendando a lógica interna subjacentes aos comportamentos, discursos e relações dos sujeitos da pesquisa. A análise tem como etapas essenciais a categorização, a descrição e a interpretação dos dados obtidos (MORAES, 1999). A sistematização e análise dos dados da pesquisa estão descritas na seção 4 (quatro) do presente estudo.

Na sequência do trabalho em pauta a próxima seção apresenta discussão alimentando o referencial teórico que produziu a análise. Nessa seção se desenvolveu o histórico sobre as

instituições que tratam dos adolescentes infratores, a legislação sobre o assunto referente à educação no sistema socioeducativo, em destaque na socioeducação. Tal questão é antecedida pelo levantamento de produção com o intuito de conhecer as produções desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação, sobre a educação em meio socioeducativo, identificando pesquisas que tenham relação com o estudo em pauta, nos aspectos metodológicos, referencial teórico e resultados obtidos.

3 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: histórico, legislação e educação

Essa seção iniciou com o contexto histórico das legislações que abordaram a educação, direito individual e social enquanto serviço de atenção básica a crianças e adolescentes infratores, para, posteriormente, trazer apresentação de um levantamento de produção com o intuito de conhecer as produções desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação, sobre a educação em meio socioeducativo, identificando pesquisas que tiveram relação com o estudo em pauta nos aspectos relacionados a prática docente com foco na socioeducação.

3.1 A educação como direito individual e social: legislações

O primeiro Código dirigido às crianças menores abandonadas, ou que se envolviam em delito, foi o Código de Menores ou Código Mello Mattos (nome do primeiro juiz de Menores do Brasil e da América Latina), no ano de 1927. A lei proibiu a "Roda dos Expostos" e tornou os jovens imputáveis³ até os 18 anos. Sobre a questão, na época, que definisse a declaração de situação irregular do menor, pode ser expressa conforme Liberati (2012, p. 78):

[...] a declaração de situação irregular poderia derivar da conduta pessoal do menor (no caso de infrações por ele praticadas ou de "desvio de conduta") de fatos ocorridos na família (como os maus-tratos) ou da sociedade (abandono). Ou seja, o menor estaria em situação irregular, equiparada a uma "moléstia social", sem distinguir, com clareza, situações decorrentes da conduta do jovem ou daqueles que o cercavam.

Criou a "escola de preservação para delinquentes" e a "escola de reforma para o abandonado". No caso dos delinquentes com idade entre 14 e 17 anos, o destino seria uma escola de reforma (ou reformatório), onde receberiam educação e aprenderiam um trabalho. Os menores de 14 anos que não tivessem família seriam mandados para a escola de preservação, uma versão abrandada do reformatório. Os mais novos com família poderiam voltar para casa, desde que os pais prometessem às autoridades não permitir que os filhos reincidissem.

Em 1975 criou-se a 1ª Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) destinada a investigar o problema da criança desassistida no Brasil, contribuindo para a elaboração de um novo Código de Menores. Como resultado dessa CPMI, em 1979 é promulgado um novo Código de Menores. Em outubro de 1979 surge o Código de Menores (Lei nº 6.697/79), revogado pela Lei

³ Que pode ser alvo de imputação, acusação; atribuível; [Jurídico] Sobre quem se atribui a autoria ou a responsabilidade por alguma ação ilegal: penalmente imputável; Que não pode ser ignorado: tributo imputável; Que se pode ou se deve imputar, acusar, classificar ou qualificar; Etimologia (origem da palavra imputável).

nº 8.069, de 1990. Morelli (1999) afirma que o Código de menores introduziu algumas mudanças na forma como a sociedade entendia a relação Estado/menores, com um discurso educativo e assistencial.

Holanda (2012), desmascara a real intenção do Código, que não tinha sido criado para proteger os menores, mas para garantir a intervenção jurídica sempre que houvesse qualquer risco material ou moral. Além de admitir situações absurdas de não proteção à criança e ao adolescente:

Naquele ínterim, os menores infratores eram afastados da sociedade, sendo segregados, de forma generalizada, em estabelecimentos como a FEBEM, desrespeitada a dignidade da pessoa humana e o termo ‘menor’, inclusive, passando a ser usado pejorativamente”. (HOLANDA, 2012, p. 1).

Em 1980 foi editado o Código Criminal da República, que determinou a penalização de crianças entre 09 e 14 anos, que também se debruçou na Teoria do Discernimento do Código Criminal do Império de 1830⁴. Tal medida foi adotada para conter o aumento da violência urbana, ou seja, para o indivíduo, “o menor”, não ter a proteção da Lei em defesa a seus direitos.

No ano de 1988 a Constituição Federal (CF) teve, em seu bojo, expressa a necessidade de prever uma norma de proteção integral à criança e ao adolescente, através do artigo 227:

[...] assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, **à educação**, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

O direito a proteção integral à criança e ao adolescente, que reza a CF de 1988, é fruto de debate e delineamentos normativos e tratados formulados por diferentes organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), objetivando o cuidado de crianças e adolescentes em diferentes situações de risco. Crianças e Adolescentes não poderiam mais ser tratados como meros objetos de intervenção do Estado, deveriam ser reconhecidos como sujeitos de direitos e de uma proteção específica.

A CF/1988 incluiu novos direitos sociais: o direito à educação e os direitos da criança e do adolescente, a fim de possibilitar a maior participação daqueles que foram historicamente

⁴ art. 10º, estabelecia em quais casos as pessoas não eram julgadas criminosas, entre os casos estavam os "menores de quatorze anos". Porém, era necessário que àqueles que estavam aguardando serem considerados “não criminosos”, passassem por uma avaliação para atestar o discernimento, isto é, se possuíam condições de racionalmente avaliarem seus atos, situação prevista no art.13 do Código Criminal do Império de 1830. Essa avaliação ficou popularizada com o nome de “Teoria do Discernimento”.

excluídos do acesso aos bens sociais. Ainda que a efetivação destes direitos esteja aquém, trata-se, da proteção dos direitos conquistados contra as forças capitalistas (CURY; HORTA; FÁVERO, 2005).

A CF/1988, nos artigos 227 e 228, expressa que é dever do Estado e da sociedade para com a infância e a adolescência, e entre esses direitos está o direito à Educação. O capítulo III não deixa dúvidas quanto ao direito à educação. Antes mesmo do capítulo que trata especificamente da Educação, a CF/1988 assinala no Art. 6º, que a educação é um direito social. Isso equivale dizer que sem educação não pode haver cidadania (OLIVEIRA, 2001). No artigo 206, inciso I, especifica-se a igualdade de condição para o acesso e a permanência na escola. Esse dispositivo legal, ao menos formalmente, avança em termos da igualdade de todos perante a lei.

O artigo 208 expressa que: “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” e “O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.” Assim, o direito subjetivo concebe a possibilidade de exigir-se, como próprios, uma prestação, ou um ato de maneira garantida (CURY, 2002).

Normas internacionais trataram sobre a dignidade da pessoa humana, assim como a proteção à criança e ao adolescente. Tais normas amparam e se tornaram diretrizes de regras para a construção da própria normativa brasileira sobre o assunto. São elas:

- Declaração de Genebra (1924) – Adotada pela “Liga das Nações”.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem. Adotada e proclamada pela Resolução nº 217-a (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 1948.
- Declaração Universal dos Direitos da Criança – Aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959, por meio da Resolução nº 1.386 (XIV) da qual o Brasil é signatário.
- Regras de Beijing ou Regras mínimas da ONU para a administração da Justiça da Infância e Juventude (1985). Resolução nº 40/33.
- Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) da ONU - Resolução nº 6.144/25 da ONU, de 1989. Ratificada pelo Brasil pelo Decreto nº 99.710/1990.
- Diretrizes de Ryad para a prevenção da delinquência juvenil – ONU (1990). Resolução n. 45/112/1990.
- Regras mínimas das Nações Unidas para a proteção de jovens privados de liberdade – ONU (1990). Resolução nº 45/113/1990.

- Convenção Interamericana de Direitos Humanos (OEA 1969). Ratificado pelo Brasil em 1992, Decreto nº 678.

Ainda, em se tratando de regras internacionais, destaca-se três normas internacionais, que tratam dos jovens que cometem infrações ou os quais se impute o cometimento de uma infração, em que esses documentos trazem, reiteradas vezes, que esses jovens enquanto estiverem sob custódia devem receber assistência educacional. São as seguintes regras:

- Regras de Beijing, Regras de Pequim ou Regras mínimas da ONU para a administração da Justiça da Infância e Juventude (1985). Resolução nº 40/33 de 1985.

- Diretrizes de Ryad para a prevenção da delinquência juvenil – ONU (1990). Resolução nº 45/112, de 1990.

- Regras mínimas das Nações Unidas para a proteção de jovens privados de liberdade – ONU (1990). Resolução nº 45/113, de 1990.

Os documentos internacionais contribuíram com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado em 1990, que tem como objetivo garantir a proteção de crianças e adolescentes, proporcionando a eles a proteção integral em todos os aspectos, sendo de responsabilidade do Estado, sociedade e família, a garantia dos direitos constitucionais e da dignidade humana.

3.1.1 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90)

No final do século XX, a partir de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) teve vigência, e no ano de 2020 ele completou 30 anos de existência. Toda criança e adolescente passou a ser indivíduo de direitos, passou a ser considerado cidadão, perspectiva contrária de décadas e séculos anteriores, no país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a aplicação de seis medidas para responsabilizar adolescentes em conflito com a lei de acordo com a gravidade da infração. As medidas socioeducativas possíveis são: internação e o regime de semiliberdade, ambos classificadas como meio fechado, e o meio aberto: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida.

A lei fixa que os 12 (doze) anos de idade completos é a faixa de idade sobre a qual as medidas socioeducativas podem ser sentenciadas. O cumprimento de medida de internação, independente da gravidade do ato infracional, isto é, só seja possível a partir dos 12 (doze) anos completos.

A criação e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) teve por objetivo intervir positivamente na tragédia de exclusão experimentada pela infância e juventude brasileira, por meio de duas vertentes, sendo elas: garantir que as crianças e adolescentes brasileiros, até então reconhecidos como meros objetos de intervenção da família e do Estado, passassem a ser tratados como sujeitos de direitos, com proteção integral e assegurados pela família, sociedade e Estado, impondo o desenvolvimento de uma nova política de atendimento à infância e juventude.

O ECA “é um dispositivo jurídico inovador no que diz respeito ao conteúdo e ao paradigma estabelecido no tratamento à criança e ao adolescente, considerando as pessoas em condição especial de desenvolvimento e sujeitos de direito” (MIRANDA, 2014, p.61). Com a implantação do mesmo, a criança e o adolescente passam a desfrutar de direitos fundamentais característicos à pessoa humana. Trata-se de pacto nacional em defesa dos direitos da criança e do adolescente, independentemente de cor, etnia ou classe social, assegurando a total atenção, proteção e cuidados especiais para se desenvolverem e serem adultos saudáveis.

A Doutrina da Proteção Integral passou a reconhecer a criança e o adolescente como cidadãos, garantindo a efetivação de seus direitos com absoluta prioridade (FALEIROS, 2009); entre esses direitos está o direito a educação, independente da situação do jovem, esteja ele em liberdade ou privado dela. Destaca-se o capítulo IV, em especial os artigos 53, 54, 56, e 57 do ECA.

3.1.2 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE

3.1.2.1 SINASE (Resolução nº 119, de 11/12/2006)

O SINASE constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei, que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais (art. 2º). É um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas (art. 3º). Isto significa, que o SINASE “objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos” (BRASIL, 2006, p. 16). Apresenta um conjunto “ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico,

financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (BRASIL, 2006, p. 22).

No documento estabelece-se os critérios de seleção para contratação do quadro de pessoal de um CASE.

A contratação de pessoal vinculada a um processo de seletivo é fundamental na organização dos recursos humanos das unidades de atendimento socioeducativo. Para tanto, deve seguir as seguintes etapas seletivas: avaliação de currículo, prova seletiva os conteúdos sobre o direito da criança e do adolescente (fundamentos jurídicos, políticos, sociológicos, éticos, **pedagógicos, filosóficos e históricos da socioeducação**, política de atendimento à infância e juventude e regimes de atendimento), **métodos e técnicas da ação socioeducativa**; entrevista e dinâmicas de grupo que favoreçam a expressão pessoal, exames médicos admissionais.

[...]

Para a composição do quadro de pessoal do atendimento socioeducativo nas entidades e/ou programas deve-se considerar que **a relação educativa pressupõe o estabelecimento de vínculo, que por sua vez depende do grau de conhecimento do adolescente**. Portanto, é necessário que o profissional tenha tempo para prestar atenção no adolescente e que ele tenha um grupo reduzido destes sob sua responsabilidade. (BRASIL, 2006, p. 64, grifo nosso)

Nas orientações técnicas do SINASE estão estabelecidos os parâmetros da ação socioeducativa organizados pelos seguintes eixos estratégicos: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização/trabalho/previdência; família e comunidade e segurança. No eixo suporte institucional e pedagógico, entre os itens a serem atendidos está a necessidade de “ter projeto pedagógico elaborado que contemple basicamente objetivos, público alvo, capacidade de atendimento, referencial teórico-metodológico, ações/atividades, recursos humanos e financeiros, monitoramento e avaliação” (BRASIL, 2006, p. 64); o outro item do eixo “construir instrumentais para o registro sistemático das abordagens e acompanhamentos aos adolescentes: plano individual de atendimento (PIA), relatórios de acompanhamento, controle e registro das atividades individuais, grupais e comunitárias, dados referentes ao perfil socioeconômico dos adolescentes e de sua família e outros” (BRASIL, 2006, p. 64), importantes para a socioeducação.

No eixo Educação estão os princípios que devem ser seguidos no atendimento aos jovens em Centros de Atendimento Socioeducativos (CASEs), de modo a garantir a permanência dos adolescentes na rede formal de ensino.

[...] redireciona a estrutura e organização da escola (espaço, tempo, currículo) de modo que favoreça a dinamização das ações pedagógicas, ao convívio em equipes de

discussões e reflexões e que estimulem o aprendizado e as trocas de informações, rompendo, assim, com a repetição, rotina e burocracia; **propicia condições adequadas aos adolescentes para a apropriação e produção do conhecimento; garante o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo de acordo com sua necessidade; estreita relações com as escolas para que conheçam a proposta pedagógica das entidades e/ou programas que executam o atendimento socioeducativo e sua metodologia de acompanhamento aos adolescentes; desenvolver os conteúdos escolares, artísticos, culturais e ocupacionais de maneira interdisciplinar no atendimento socioeducativo; e permitir o acesso à educação escolar considerando as particularidades do adolescente com deficiência, equiparando as oportunidades em todas as áreas (transporte, materiais didáticos e pedagógicos, equipamento e currículo, acompanhamento especial escolar, currículo, capacitação de professores, instrutores e profissionais especializados, entre outros) de acordo com o Decreto nº 3.298/99 e garante o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação,** podendo, para tanto, haver Unidade escolar localizada no interior do programa; Unidade vinculada à escola existente na comunidade ou inclusão na rede pública externa. (BRASIL, 2006, p. 69, grifo nosso).

Outro eixo importante para a socioeducação é o eixo Profissionalização/Trabalho/Previdência, onde destacamos:

[...] oferecer ao adolescente formação profissional no âmbito da educação profissional, cursos e programas de formação inicial e continuada e, também, de educação profissional técnica de nível médio com certificação reconhecida que favoreçam sua inserção no mercado de trabalho mediante desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes. A escolha do curso deverá respeitar os interesses e anseios dos adolescentes e ser pertinente às demandas do mercado de trabalho. (BRASIL, 2006, p. 76).

3.1.2.2 SINASE (Lei nº 12.594, 18/01/2012)

A nova perspectiva de atendimento, proposto pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei nº 12.594, 18/01/2012), é pautada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança do Adolescente – ECA. O SINASE de 2012 teve por objetivo regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, padronizando o atendimento e o processo de apuração das infrações cometidas.

Através do SINASE buscou-se modificar o atendimento à criança e ao adolescente, que historicamente era pautado na repressão e no controle social, para as medidas socioeducativas, que pautassem um caráter pedagógico-protetivo. Buscou como objetivo reforçar e incluir o caráter educativo do atendimento e a obrigatoriedade da oferta da educação básica.

Dessa forma, não há justificativa, nem aparente, de que mesmo aqueles que estão privados de sua liberdade, possam ficar sem acesso à educação. Enfatizando que, não basta a disponibilização ao ensino, mas que esse emancipador seja, de fato, uma mola propulsora de

mudança na vida desses alunos. A discussão é sobre o acesso e feito de forma coesa, correta, que de fato gere uma mudança, e não apenas um cumprimento de lacuna, que a lei obriga.

3.2 Escolarização dos adolescentes infratores e a socioeducação

A reflexão trazida por Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), destaca que os problemas na área da educação são complexos, e não existem respostas imediatas ou soluções rápidas para eles, o que justifica a necessidade de estudos, reflexões e, especialmente, a formulação de projetos sociais e educacionais também voltados para os excluídos, os insatisfeitos e os marginalizados.

Os adolescentes infratores, não só pelos índices estatísticos, mas pela própria sociedade, são indivíduos relegados, marginalizados e/ou excluídos. Segundo o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, do ano de 2014, aponta que:

O/a adolescente interno/a nas unidades socioeducativas do Estado de Mato Grosso é em sua maioria do gênero masculino, representando 95% do total de internados; sendo que o gênero feminino representa apenas 5% do total. A cor/etnia predominante declarada pelos adolescentes é a cor parda com 68%, seguida da branca com 14,25% e negra com 12,75. A faixa etária dos adolescentes internados em Mato Grosso internados cumprindo medida de internação tem entre 15 a 17 anos de idade. A renda familiar destes adolescentes é inferior a cinco salários mínimos, sendo que 57,1% são devido à baixa escolaridade dos pais, pois: 48,8% cursaram o ensino fundamental; 17,1% o ensino médio; 19,1% não sabiam informar; 10,6% com nível superior; e 6,9% não eram alfabetizados. A maioria dos adolescentes mora apenas com a mãe (70,8%) e 29,2% moram com outros que não são do núcleo familiar primário; 18,8% moram com pais e 63% possuem religião. Destaca-se ainda que a relação com a mãe foi avaliada pelos mesmos como satisfatória (87,5%); com os pais, um pouco menos (49%). Ainda nesse aspecto sobre o relacionamento entre os pais, os adolescentes afirmaram que é insatisfatória (47,6%), satisfatória (26,6%) e 17,9% dos adolescentes têm o pai já falecido. Fora detectado comportamento de risco no uso de álcool e outras drogas com positividade de 90,2% para violência (causas externas). Os adolescentes apresentaram também 15,1% positividade para uso de álcool, índice maior do que o registrado pelos alunos da rede pública de ensino fundamental e médio de Cuiabá 13,4%. O uso de álcool na vida para a totalidade dos adolescentes entrevistados representa 47%, no ano 13,6% e 11,1% no mês; e o tabaco, 32,1% na vida; 7,3% no ano; 6,9% no mês. Em relação ao uso de drogas, 48,2% tiveram problemas com uso abusivo de drogas no último ano, 54,2% receberam tratamento para uso de drogas. Há ainda na família do adolescente usuário de drogas com elevada proporção vinculados a pai, mãe ou irmãos. (MATO GROSSO, 2014, p. 23-26).

Ainda sobre o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, sobre a Educação, nele aparece, no item 6 (seis), que trata dos direitos do Adolescente, e pontua a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso, no que diz respeito a: garantir a oferta de escolarização em todas as etapas da medida socioeducativa; estabelecer parâmetros estadual para a escolarização no sistema de atendimento

socioeducativo em privação de liberdade; garantir o atendimento em tempo integral para adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, privilegiando atividades artístico-culturais, esportivas e de lazer; realizar diagnósticos da trajetória escolar e realizar acompanhamento da trajetória escolar dos egressos do meio fechado do sistema socioeducativo.

Em se tratando do direito de acesso à educação, além da normativa geral e específica (CF/88; ECA; SINASE, decretos, portarias e normas internacionais), o próprio plano decenal de atendimento ao socioeducativo resguarda a garantia da oferta de escolarização em todas as etapas da medida socioeducativa.

Sobre a socioeducação e sua origem, ela surgiu no Estatuto da Criança e do Adolescente, quando da implementação das medidas socioeducativas. E a própria educação, que está previsto como direito na normativa brasileira e na internacional; o acesso a sala de aula é um dos aspectos da socioeducação.

3.2.1 Socioeducação: conceito

Em significativa explicação, Lira (2017) identifica algumas publicações científicas com indicativos sobre formulações do termo socioeducação. O primeiro material mencionado por ela foi a tese de doutoramento de Êdio Raniere (apud Lira, 2017; p.44), intitulada “A invenção das Medidas Socioeducativas”, nela há um mapeamento da origem do termo, apoiado na obra de Anton Makarenko (apud Lira, 2017, p.44).

Êdio Raniere (apud Lira, 2017, p.45), registrou que não há nenhum documento oficial, antes de 1990, que faça referência ao termo socioeducação, nem indícios no Código de Mello Matos (1927), nas normativas da Escola da Reforma, do Serviço de Atenção ao Menor – SAM – da FUNABEM ou do Código de Menores de 1979, nem nos documentos internacionais que serviram de apoio para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Debruçado sobre a principal evidência do termo socioeducação, contido no ECA, o pesquisador Raniere (apud Lira, 2017; p.46) registra que através do estudo da Educação Social, trazida pelas ideias e experiências de Makarenko (apud Lira, 2017; p.46), na educação com crianças e adolescentes abandonados ou em dificuldades, Antônio Carlos Gomes da Costa (apud Lira, 2017; p.46) formula e registra o termo medida socioeducativa no ECA.

As medidas serem socioeducativas teria como finalidade, segundo Costa (2006, p.12), “a preparação de adolescentes e jovens para o convívio social, para atuar como pessoas, cidadãos e futuros profissionais para que não reincidam na prática de atos infracionais”. E

ênfatisa que todas as atividades, como: a escolarização formal, a educação profissional, as atividades artístico-culturais, a abordagem social e psicológica de cada caso, as práticas esportivas, a assistência religiosa etc, devem estar subordinadas ao fato de prepará-lo para relacionar-se consigo mesmo e com os outros, sem afastar as normas tipificadas na Lei Penal, não deixando de associar a socioeducação com a educação, no caso do trabalho a educação reflexiva⁵, conforme Parecer nº 8/2015, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação:

O Parecer CNE/CEB nº 8/2015, traz que:

A **socioeducação** deve, portanto, ser desenvolvida pelos agentes públicos que atuam com esses adolescentes, com ações orientadas para a transformação de sua realidade, numa perspectiva emancipatória, como processo capaz de promover o pleno desenvolvimento de todas as dimensões do sujeito, bem como das competências que lhes possibilitem a plena atuação no contexto em que vive, por meio de ações educativas integradas e que compreendem esses sujeitos em suas múltiplas dimensões. (BRASÍLIA, Parecer CNE/CEB nº 8/2015, p. 3, grifo nosso).

Assim, para ser desenvolvida a socioeducação, é imperioso o envolvimento dos agentes públicos, no caso desse trabalho os professores, sempre orientados em suas ações educativas á socioeducação, como forma de transformação da realidade. É fundamental que o professor conheça o aluno, a realidade de cada um, assim será possível o desenvolvimento de todas as dimensões do sujeito, com a articulação entre os saberes, proporcionando um grande encontro entre o senso comum e o conhecimento científico, promovendo a simbiose entre as experiências de vida do aluno com a ciência, reflexão trazida por Boaventura de Santos Sousa (2004), ao propor a Sociologia das Ausências e das Emergências, que a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada que a tradição científica ou filosófica ocidental, e essa riqueza está sendo desperdiçada, inclusive nos espaços escolares, ou seja, não trazer para a sala de aula as experiências de vida dos alunos, como meio de ações educativas e compreensão desses sujeitos e suas múltiplas dimensões, impossibilitando o intercâmbio entre a teoria e prática, a educação reflexiva.

A Nota Técnica nº 38, de 26 de agosto de 2013, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), e do Grupo de Trabalho Interministerial, em seu relatório final e em articulação com os dados do Censo Escolar da Educação Básica/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

⁵ O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo preconiza a consolidação de parcerias com órgãos executivos do sistema de ensino [...] mas na perspectiva da formação integral dos adolescentes que se encontram submetidos ao cumprimento de medidas socioeducativas, buscando refletir sobre o processo de resignificação da educação por meio das práticas pedagógicas críticas e reflexivas (BRASÍLIA, Parecer CNE/CEB nº 8/2015, p. 2).

Teixeira (INEP), apresentou um diagnóstico da escolarização para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em âmbito nacional, e destacamos os seguintes pontos:

[...] ausência de proposta metodológica específica para esses estudantes e de monitoramento das escolas por parte dos sistemas de ensino; ausência de formação específica dos profissionais de educação para atuação no sistema socioeducativo; ausência de instância gestora responsável nos sistemas de ensino e órgãos gestores do SINASE; subordinação das escolas ao regime disciplinar das unidades de internação. (BRASÍLIA, Nota Técnica nº 38/2013 – SECADI/MEC, p. 3).

Para avançar sobre a temática socioeducação buscou-se nas pesquisas da área das ciências humanas o foco tratado pelas pesquisas, especialmente na perspectiva da prática docentes.

3.3 Produções sobre o tema socioeducação

O levantamento das produções do período de 2009-2019, no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sobre o descritor socioeducação, na área de conhecimento das ciências humanas, totalizou trinta e quatro (34) produções realizadas em cursos de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado), de diferentes regiões do país. São estudos que trataram da importância da socioeducação para o retorno desses adolescentes ao convívio da sociedade. Das trinta e quatro produções foi possível selecionar quatorze (14), destacando estudos que tratam do tema com foco na escolarização, em ações e práticas pedagógicas, na prática docente e estudos desenvolvidos no estado de Mato Grosso. O Quadro 2 (dois) apresenta as produções selecionadas.

Quadro 2 – Relação das produções selecionadas segundo autor, título, ano, instituição pública e tipo de estudo

AUTOR	TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE ENSINO	TIPO DE ESTUDO
GURALH, Soeli Andrea	O Regime de privação de Liberdade sob enfoque da Socioeducação: Experiência do Centro de Socioeducação Regional de Ponta Grossa	2010	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Dissertação
PEDRON, Luciana da Silva	Entre o coercitivo e o educativo: uma análise da responsabilização socioeducativa na internação de jovens em conflito com a lei	2012	Universidade Federal de Minas Gerais	Dissertação

BARROS, Aline Menezes de	Escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação: estudo bibliográfico	2015	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Dissertação
ALVES, Juliano Cláudio	O olhar dos agentes socioeducativos sobre as ações pedagógicas e os adolescentes da Unidade de Internação de Cáceres – MT	2015	Universidade Estado de Mato Grosso – Unemat Cáceres	Dissertação
LIRA, Jaqueline Alves de	A educação na socioeducação: um olhar para as ações educativas no contexto da medida socioeducativa	2017	Universidade Federal do Pará	Dissertação
FREITAS, Riane Conceição Ferreira	Sistema punitivo e justiça restaurativa: os reflexos na escolarização e profissionalização na socioeducação	2017	Universidade Federal do Pará	Tese
ANDRADE, Marcia Maria Razera de	Produção de sentido das práticas pedagógicas na socioeducação	2017	Universidade de Tuiuti do Paraná	Dissertação
SILVA, Nilcea Moreno	Professor e sistema socioeducativo: conquistas, desafios e perspectivas para a promoção do desenvolvimento do adolescente	2017	Universidade de Brasília	Dissertação
GOMES, Vinícius Laurindo da Fraga	Práticas de física para alunos do regime socioeducativo, anos finais do ensino fundamental	2017	Universidade Federal Fluminense	Dissertação
PARIGI, Camila da Rosa	Auto(trans)formação permanente com professores(as) em contexto socioeducativo: educar(se) entre a coercitividade e a liberdade	2017	Universidade Federal de Santa Maria	Dissertação
AYALA, Camila Soprani	Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação: um estudo sobre a escolarização nos anos de 2016 e 2017 no centro de socioeducação de Foz do Iguaçu-PR	2018	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Dissertação
ALBUQUERQUE, Jéssica Fernanda	Entre socioeducação e punição: trabalho sujo, identidades e práticas dos agentes socioeducativos da UISS	2019	Universidade de Brasília	Dissertação
MIRANDA, Kátia Aparecida da Silva Nunes	Significados e sentidos dos processos educativos vivenciados pelos jovens em situação de privação de liberdade no Centro de Atendimento Socioeducativo de Cuiabá/MT	2019	Universidade Federal de São Carlos	Tese
SILVA, Cristina Pereira da	O trabalhar docente com adolescentes em conflito com a lei: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho	2019	Universidade Católica de Brasília	Tese

Fonte: Levantamento feito junto à base de Dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), (acesso livre) em 06/08/2021. Elaborado por RIGOLIN, Juliana (2021).

Dando prosseguimento, as produções acadêmicas correspondentes ao tema deste estudo também deram margem para as mesmas reflexões a que esse trabalho propõe. Assim sendo, dos

14 (quatorze) trabalhos associados à temática em estudo, três (3) discutem temas ligados à perspectiva dos professores acerca do seu papel no trabalho socioeducativo, a compreensão sobre as implicações, os limites e as possibilidades de auto(trans)formação permanente dos alunos com os professores. Outros nove (9) estudos tratam diretamente da socioeducação nos ambientes Socioeducativos sob focos diferentes: “dialogar sobre os processos educativos que se estabelecem nessa instituição chamada educativo” (LIRA, 2017) e “analisar a produção de sentido na socioeducação por meio das práticas pedagógicas nas instituições socioeducativas selecionadas” (ANDRADE, 2017). E dois (2) tratam diretamente sobre a educação, “escolarização no sistema socioeducativo brasileiro” (BARROS, 2015) e “estudo da política pública de escolarização na Socioeducação, seria a modalidade EJA adequada para a efetivação da escolarização” (AYALA, 2018).

Dos quatorze (14) estudos relacionados destacam-se dois trabalhos importantes: o estudo de Silva (2017) e de Parigi (2017): ambos investigam sobre as perspectivas dos professores acerca do seu papel no trabalho socioeducativo, como contributo para a promoção de desenvolvimento dos estudantes. O estudo de Silva (2017) traz as análises na questão da associação da prática docente, que pode ser um meio de estimular a cidadania e o desenvolvimento humano e sociais, além de contribuir para a transformação dos adolescentes privados de liberdade. Enfatiza a educação como prática promotora do desenvolvimento, considerando com uma experiência social, em que o indivíduo aprende a descobrir-se a si mesmo, a desenvolver relações com os outros; tudo isso se desenvolve quando a educação se apoia sobre o nível de desenvolvimento em que cada aluno se encontra. Traz a reflexão de que o professor é parte da rede da instituição escolar responsável pelo cumprimento das medidas socioeducativas. Já no trabalho de Parigi (2017), este propôs a compreender as implicações, os limites e as possibilidades nos processos de autotransformação permanente com os(as) professores(as) em uma escola no contexto de privação de liberdade. A pesquisa compreendeu a auto(trans)formação como um processo permanente necessário no qual professores(as) se constituem e constituem suas práticas. As narrativas dos professores(as) e dos teóricos utilizados na pesquisa evidenciam possibilidades de construção de práticas socioeducativas e espaços-tempos auto(trans)formativos, que busque a valorização da vida. Assim, Parigi (2017) evidenciou o papel essencial dos processos pedagógicos e educacionais dentro da unidade socioeducativa por aspectos eminentemente transformativos e humanizadores.

Dos quatorze (14) estudos, destacam-se quatro (4), que tratam especificamente do termo socioeducação, são eles: Guralh (2010); Freitas (2017); Andrade (2017) e Albuquerque (2019).

Guralh (2010) trouxe a reflexão de que o contato com o termo socioeducação se configura como um mecanismo que tem como elemento central a formação ou o preparo de crianças ou adolescentes para a convivência em sociedade. Freitas (2017), apresentou a socioeducação como apoio à reestruturação educativa do aluno. Critica a escolarização na socioeducação que tem se efetivado mais para o ajustamento legal do que necessariamente para a reestruturação educativa do aluno. Andrade (2017), por sua vez, quando tratou da Socioeducação trazendo o viés da vinculação da socioeducação à escolarização na perspectiva da formação integral dos adolescentes que se encontram submetidos ao cumprimento de medidas socioeducativas, buscando refletir sobre o processo de ressignificação da educação por meio de práticas pedagógicas críticas e reflexivas. E, para alcançar diferentes esferas do desenvolvimento, reforçando valores morais e contribuindo para a formação da subjetividade do adolescente, a prática pedagógica deve transcender os parâmetros meramente curriculares. A socioeducação articulada com práticas pedagógicas efetivadas a partir dos eixos do desenvolvimento físico, mental, moral, e social, poderá constituir-se como um espaço de oportunidades para a formação integral do adolescente. E por fim, Albuquerque (2019), sobre o termo socioeducação, sustentou seu trabalho utilizando autores que apontam o nascimento da socioeducação com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; ao longo do texto, a socioeducação manifesta-se primordialmente de forma adjetivada, caracterizando o “atendimento”, a “ação” e as “práticas”, por exemplo, sempre relacionados à execução das medidas socioeducativas. No campo acadêmico, a despeito de inúmeros trabalhos referentes às ações no interior dos CASEs, ainda necessita de maiores reflexões sobre o tema socioeducação.

3.3.1 A socioeducação e a prática docente

Ainda, questionamentos frente ao papel das instituições educativas, nisso se inclui a unidade escolar e os professores, que são responsáveis por darem acesso ao direito a educação a esses jovens, fazendo-os entender quais os seus limites, as possibilidades nos processos de transformação permanente dessa juventude, que saíra a viver na sociedade. Das quatorze (14) produções identificam-se dois estudos que relacionam a socioeducação, a prática docente e que estão relacionados no quadro 3 (três).

Quadro 3 – Relação das produções que tratam sobre a socioeducação e a prática docente

AUTOR	TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE ENSINO	TIPO DE ESTUDO
SILVA, Nilcéia Moreno	Professor e sistema socioeducativo: conquistas, desafios e perspectivas para a promoção do desenvolvimento do adolescente	2017	Universidade de Brasília	Dissertação
SILVA, Cristina Pereira da	O trabalhar docente com adolescentes em conflito com a lei: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho	2019	Universidade Católica de Brasília	Doutorado

Fonte: Levantamento feito junto à base de Dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), (acesso livre) em 06/08/2021. Elaborado por RIGOLIN, Juliana (2021).

Destacam-se os trabalhos das autoras Nilcéia Moreno Silva (2017) e Cristina Pereira da Silva (2019), que contribuíram de forma pontual ao texto ora construído. Segundo Silva (2019), “os resultados alcançados, ao longo de seis sessões, indicaram que o trabalhar docente, na unidade de internação pesquisada, é permeado de imprevistos e incidentes, sendo marcado, muitas vezes, pela resistência do real. Tais circunstâncias tendem a gerar surpresa, nervosismo, irritação, e sentimento de impotência que levam professores ao sofrimento”, (SILVA, 2019, p.9). Continua a autora afirmando que:

Por sua vez, esses docentes desenvolvem estratégias defensivas, quando operam na negação ou camuflagem desses processos promotores de sofrimento. Constatou-se ainda que o espaço privilegiado de discussão, promovido pela clínica do trabalho, favoreceu a quebra do silêncio e a redução do individualismo, mas não o suficiente para mobilizar o coletivo para implementar mudanças significativas no trabalhar. Portanto, a tese de que a mobilização subjetiva de professores quanto às relações de cooperação, reconhecimento e inteligência prática é essencial para enfrentar as dificuldades do contexto da socioeducação foi confirmada. Por fim, espera-se contribuir para que se conheça detalhadamente o modo de trabalho docente e despertar a atenção do meio acadêmico, político e social para o trabalho docente desenvolvido em unidades de internação, condições de trabalho e consequências para o bem-estar emocional e profissional desses docentes, e, numa perspectiva mais ampla, almeja-se ainda a melhoria do trabalho docente na socioeducação. (SILVA, 2019, p. 9).

A dissertação em pauta se aproxima do estudo de Silva (2017). Seu problema de pesquisa é: “como o professor atua na escola para a promoção do estudante no sistema socioeducativo?”. O problema traz a questão da socioeducação como central. Investiga as perspectivas dos professores acerca de seu papel no trabalho socioeducativo como contributo para a promoção do desenvolvimento dos estudantes”, (SILVA, 2017, p. 10). Afirma ainda que: “o fortalecimento da prática docente pode estimular a cidadania e o desenvolvimento humano

e social, além de contribuir para a transformação dos adolescentes privados de liberdade” (SILVA, 2017, p. 10)

A partir da construção dos resultados obtidos e considerando as políticas públicas da socioeducação, este estudo forneceu indicadores para a formação de professores, considerando o adolescente como sujeito em desenvolvimento, mesmo estando em espaço de internação. Os desafios encontrados apresentaram-se na falta de interação entre o trabalho pedagógico realizado na unidade SSE e na escola. Uma conquista é a utilização de materiais pedagógicos que reproduzem a liberdade de expressão dos estudantes, e as perspectivas são de que o diálogo promova a autonomia, a responsabilidade, a autoestima e a criatividade do adolescente, na relação com o acervo cultural e de conhecimento social acumulados. Dentre as contribuições de nosso estudo, destacamos o caminho trilhado para novos estudos, possíveis contribuições em cursos de formação para os profissionais do sistema socioeducativo, que se configura como a oportunidade de refletir sobre o caráter educativo e compreender o importante papel destes no desenvolvimento do adolescente que cumpre medidas socioeducativas. (SILVA, 2017, p. 10-11).

3.4 O Professor como agente socioeducador

Paulo Freire (1979), em sua obra “Educação e Mudança”, afirma que somente o ser humano, diferentemente de outros animais, pode promover as mudanças tão imprescindíveis à sociedade, pois tem o poder de decidir sobre o seu futuro, uma vez que é dado ao homem o livre arbítrio, ao afirmar que “o homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo”, (FREIRE, 1979, p. 31). O querer começa com a vontade da pessoa, que pode ser movimentada com a ajuda do outro, por isso a importância do professor, como mola propulsora desse despertar.

A socioeducação propõe, na formação integral dos adolescentes, a reflexão sobre o processo de ressignificação da educação através das práticas pedagógicas críticas e reflexivas, transformando a realidade do aluno, numa perspectiva emancipatória, como processo capaz de promover o pleno desenvolvimento de todas as dimensões do sujeito. A socioeducação se dá através do conjunto dos agentes que compõe o quadro profissional do CASE. Todos têm responsabilidade, especialmente o professor através das suas práticas pedagógicas, pautadas no ensino-aprendizagem.

Ocorrerão mudanças internas que consequentemente levarão a outros processos de aprendizagem, de conhecimento, de formas de pensamento e mudanças atitudinais. Neste caso, é fundamental reconhecer que o aprendizado é fundamental para o processo de desenvolvimento cognitivo. Durante (1998), diz que o homem é um ser que gera, transmite e transforma cultura. Não é só um produto do seu meio, mas um ser criador e transformador desse meio. Nesse caso, nada mais apropriado para ajudá-lo nessa transformação do que a educação,

o aprendizado, a interação com o conhecimento. Santos (2016), trata o aprendizado como uma forma de contribuição, para que o aluno tenha autoestima positiva, o que reflete em sua confiança diante dos seus pares, para defender seus princípios e valores, bem como em assumir as suas ações em termos de responsabilidade.

Qualquer que seja a escola, Oliveira (1992) preserva como característica inerente o conhecimento, como objeto privilegiado da ação. É na escola institucionalizada que o processo de pensar sobre o próprio conhecimento ajuda o educando a relacionar os saberes ao contexto, fazendo relações com a vida imediata e, assim, ajudando na formação da consciência política e em seu papel como ser humano dentro da sociedade, tornando-o consciente, crítico e transformador de seu meio.

Vieira (1997), traz que o indivíduo sem instrução educacional não cria problemas apenas para si, mas também para muitos que estão à sua volta. Segue dizendo que em população mais bem educada há diminuição expressiva de miséria. Nessa mesma linha de pensamento, Santos (2016) descreve que “alguns membros de famílias desestruturadas são alvos fáceis dos criminosos que se organizam em quadrilhas para se aproveitarem da inexperiência, da miséria e da falta de instrução para direcionar aqueles às práticas ilícitas” (SANTOS, 2016, p. 41). Nessa lógica, o autor menciona que sem instrução adequada pode haver problemas para as pessoas que estão intimamente ligadas pelo convívio.

Ainda sobre a figura atrativa do professor, o educador Durante (1998), ressalva a importância que o professor tem em poder influenciar na formação de atitude. O professor precisa ser um mediador do processo de ensino e aprendizagem, cabendo a ele planejar as situações didáticas, selecionar e criar bons recursos didáticos, avaliar e redimensionar o ensino, fornecer informações necessárias, estimular comportamentos socialmente aceitáveis, gerir o tempo e o espaço escolar.

O professor faz parte da rede da instituição escolar responsável pelo cumprimento das medidas socioeducativas (SILVA, 2017). O adolescente, em razão do seu caráter ativo e construtivo e a educação como forma de experiência social, descobrir-se a si mesmo e desenvolver relações com os outros, fazendo com que o aluno adquira bases no campo do conhecimento e do saber-fazer, só cumprirá sua função, quando as ações educativas se apoiarem no nível em que o aluno se encontra.

Como aponta Dantas (2018), ou seja, sua forma de organizar o processo de ensino e aprendizagem através de métodos e técnicas, introduzindo conceitos significativos; trabalhando os fatos atuais e contextualizados com os conteúdos propostos, orientando para formação de

atitudes, normas e valores que guiarão o objetivo transformador do ser humano, será um fator imprescindível para que este processo de mudanças positivas e socialmente aceitáveis ocorra dentro da sociedade e especificamente nos CASEs.

Considerando que o acesso à educação é um direito assegurado a todos, inclusive àqueles privados de liberdade, e ainda, que a escola tem a função formativa, e não só informativa, Dantas (2018), traz a reflexão que, no caso específico dos privados de liberdade, que são, em sua grande maioria, analfabetos ou pouco escolarizados, a escola prisional e o conhecimento adquirido, mesmo em condições de insalubridade e atípicas, poderão ser aliadas no processo de mudanças e de transformação rumo à ressocialização, caso tenham professores com formação adequada e direcionados ao objetivo emancipador. Ademais, ainda segundo o professor Abreu (2008), os conteúdos ministrados devem preparar os alunos para a vida.

4 A SOCIOEDUCAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL MENINOS DO FUTURO: SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apresentam-se a sistematização e a análise dos resultados das seguintes fontes: Plano Político Pedagógico (PPP) da EEMF; planejamento das aulas do período de 2019 a dezembro de 2020 dos professores participantes da pesquisa. Para atingir os objetivos da pesquisa elaborou-se a entrevista e pontuando-se as seguintes questões: descreva a respeito do cotidiano do socioeducativo; manifeste sobre os desafios pertinentes ao ensino aprendizagem no socioeducativo; comente a relação ensino-aprendizagem e a socioeducação; e aponte em seu plano de ensino os objetivos que visam a socioeducação. Assim sendo, na pesquisa descritiva em pauta, considerando as questões da entrevista, sistematizou-se em categorias.

Na questão descrição do cotidiano do socioeducativo apresenta-se na categoria - Perfil dos adolescentes em conflito com a lei; na manifestação sobre os desafios pertinentes ao ensino aprendizagem no socioeducativo surge a categoria - Formação e Prática docente; o comentário sobre a relação ensino-aprendizagem e a socioeducação reflete a categoria - Ensino-aprendizagem e Socioeducação; e por fim, a questão aponte em seu plano de ensino os objetivos que visam a socioeducação desponta a categoria - Adolescentes e as ações pedagógicas onde incluimos informações referentes as fontes documentais .

4.1 Perfil dos adolescentes em conflito com a lei

A subseção traz dados sobre o perfil dos adolescentes internados no Centro Socioeducativo de Cuiabá - POMERI. Tais dados foram obtidos através do SIPIA/SINASE/WEB, sistema de dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do ano de 2019 e 2020. E também apresentamos a percepção dos professores sobre os adolescentes em conflitos com a lei no Complexo Pomeri.

4.1.1 Situação do adolescente em conflito com a lei pós ECA: Caso Cuiabá

Quanto ao tipo de infração, de acordo com os dados da Superintendência de Administração Socioeducativo, no ano de 2019, os 81 (oitenta e um) atos infracionais registrados no sistema, 39 (trinta e nove) foram de roubo, 2 (dois) furtos, 8 (oito) homicídios, 6

(seis) tentativas de roubo, 2 (duas) tentativas de homicídio e 1 (um) por tráfico de drogas, o restante foi diluído, conforme quadro abaixo (Quadro 04):

Quadro 4 - Número de atos infracionais por espécie, praticados por adolescentes internados no CASE Masculino de Cuiabá no ano de 2019

TIPOS DE INFRAÇÃO	QUANTIDADE
Ameaça	04
Crime previsto na Lei do Trânsito	02
Dano	01
Disparo de arma de fogo	01
Formação de Quadrilha	02
Furto	02
Homicídio	08
Latrocínio	02
Outras contravenções consumadas	01
Outros Crimes Consumados	02
Porte ilegal de Armas	04
Receptação	01
Roubo	39
Tentativa de Estupro	01
Tentativa de Furto	01
Tentativa de Homicídio	02
Tentativa de Latrocínio	01
Tentativa de Roubo	06
Tráfico de Drogas	01
TOTAL	81

Fonte: Banco de dados do SIPIA SINASE WEB, acesso 27/04/2021. Elaborado por RIGOLIN, Juliana, 2021

Em relação ao ano de 2020, foram 77 (setenta e sete) atos infracionais, sendo que, desse total, 29 (vinte e nove) roubos, 10 (dez) homicídios, não houve registro de furto, 8 (oito) porte ilegal de arma, 5 (cinco) tráfico de drogas, (4) tentativas de homicídio e 1(uma) tentativa de roubo, o restante foi diluído conforme quadro abaixo:

Quadro 5 - Número de atos infracionais por espécie, praticados por adolescentes internados no CASE Masculino de Cuiabá nos anos de 2020

TIPOS DE INFRAÇÃO	QUANTIDADE
Ameaça	03
Atentado violento ao pudor	01
Crime previsto na Lei do Trânsito	01
Dano	03
Estupro	01
Homicídio	10
Latrocínio	02
Lesão Corporal	03
Outros Crimes Consumados	01

Porte Ilegal de Armas	08
Receptação	01
Roubo	29
Tentativa de Homicídio	04
Tentativa de Latrocínio	03
Tentativa de Roubo	01
Tráfico de Drogas	05
Vias de Fato	01
TOTAL	77

Fonte: Banco de dados do SIPIA SINASE WEB, acesso 27/04/2021. Elaborado por RIGOLIN, Juliana, 2021

Os dados relacionados acima apontam que a maioria das infrações estão na esfera de gerar dano patrimonial, e não contra o bem maior do ser humano, que é a vida, o que também demonstram as informações contidas no levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na publicação do Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de Internação, no ano de 2012, de que as infrações penais provocadas pelos adolescentes estão concentradas nos danos patrimoniais, desmistificando o que a sociedade acredita de que os adolescentes são responsáveis pelo crescimento da violência contra a vida. Uma outra reflexão sobre os dados acima, apontam que, parte dos adolescentes do Complexo POMERI privados de liberdade, poderiam, pelo ato infracional cometido, estar cumprindo medida de semiliberdade, trabalhando e estudando durante o dia e dormindo no Complexo. Como a própria lei assegura, a privação de liberdade é o último meio que o juiz tem, como forma de imposição de medida.

Em sua essência, no sistema socioeducativo, em relação à criança e ao adolescente, não há importância o perfil do infrator, o ato infracional e às circunstâncias do mesmo. Os dados acima mostram que eles não são “criminosos perigosos”, eles são seres humanos que, antes de adentrarem ao sistema socioeducativo, provavelmente foram privados de uma boa educação, de um convívio familiar sadio, de conselhos construtivos dados por um adulto, de alguém que acreditasse na sua capacidade, já que todos nós somos seres humanos capazes de fazer qualquer coisa, de lazer, de saúde, de moradia, dentre tantas outras coisas. E a socioeducação quer possibilitar a essas crianças e adolescentes o retorno à convivência social, com perspectiva de futuro, superando os atos infracionais que possam tê-los colocado em confronto com a comunidade. Assim, para essa superação, a educação é uma aposta, tanto fora do sistema como dentro do sistema socioeducativo.

Utilizando-se do sistema de gerenciamento de informações Sistema de Informação da Secretaria de Educação (SIGeduca), que registra a vida escolar dos alunos que frequentaram a EEMF. Nos anos de 2019 e de 2020 a defasagem escolar é relevante, quando comparada ao artigo 29 (vinte nove), da Resolução Normativa nº 002/2015 do Conselho do Estado de

Educação do Estado de Mato Grosso, que aponta a idade própria para frequentar o Ensino Fundamental e o Médio.

Art. 29. O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende também a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo. § 1º É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes. (grifo da autora).

E em se tratando dessa questão, ora apresentada aqui, traz que o início da vida escolar, obrigatoriamente se inicia na idade de 6 (seis) anos, com matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental, respeitando a sequência, e finda com 14 (quatorze) anos, com a conclusão do Ensino Fundamental, 9º ano. Depois Ensino Médio, com início dos 15 anos até os 17 anos, com a conclusão do 3º Ano, a seguir inicia a etapa da conclusão da graduação. Ou seja, a permanência na vida escolar é um processo longo, sendo um dos processos formativos, tendo por finalidade o desenvolvimento e assegurar ao estudante a formação comum para o exercício da cidadania, como meio para progredir no mundo do trabalho e estudos posteriores.

Segundo consta no site do Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão, em 2018, 8,8% da população entre 15 e 17 anos estava fora da escola. Apontam ainda, que existe uma idade crítica para a evasão escolar no Brasil. O pico da evasão acontece entre os 14 e 18 anos de idade.

Dentre as motivações para a evasão, o Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão aponta que são: gravidez, falta de conexão dos conteúdos escolares com os interesses e desejo dos estudantes, necessidade imediata de geração de renda para apoiar a família, entre outros. Os adolescentes infratores têm com motivo uma ou mais destas questões. Os dados do Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão, comparados aos dados do SIGeduca, referendam os resultados do Observatório.

No ano de 2019, de acordo com o SIGeduca, das cento e noventa e cinco (195) matrículas, sessenta e quatro (64) possuem quatro anos de atraso na vida escolar; (56) cinquenta e seis apresentaram três anos de atraso na vida escolar; (28) vinte e oito matrículas com cinco anos de atraso escolar; (25) vinte e cinco possuem dois anos de atraso escolar; (8) oito matrículas com seis anos de atraso na vida escolar; (5) cinco matriculados possuem um ano de atraso escolar; (4) quatro matrículas com sete anos de atraso; (3) três possuem nove anos de atraso na vida escolar; e (1) um possui oito anos de atraso escolar. Desse montante, apenas (1)

uma matrícula está dentro do padrão que o artigo 29, da Resolução nº 002/2015 CEE/MT estabelece (ver quadro 6).

Quadro 6 – Matrículas do ano de 2019, na escola EEMF do Socioeducativo – POMERI

IDADE(*)	DEFASAGEM(**)	ESCOLARIDADE(***)	QT. DE ALUNOS
12 anos	Dentro da regra	7º ano EF	01
13 anos	2 anos	6º ano EF	01
14 anos	4 anos	5º ano EF	01
	3 anos	6º ano EF	01
	1 ano	8º ano EF	01
15 anos	5 anos	5º ano EF	04
	4 anos	6º ano EF	03
	3 anos	7º ano EF	01
	2 anos	8º ano EF	08
	2 anos	9º ano EF	01
16 anos	9 anos	2º ano EF	01
	6 anos	5º ano EF	01
	5 anos	6º ano EF	06
	4 anos	7º ano EF	07
	3 anos	8º ano EF	12
	2 anos	9º ano EF	10
	1 ano	1º Ano EM	02
17 anos	9 anos	3º ano EF	02
	8 anos	4º ano EF	01
	7 anos	5º ano EF	04
	6 anos	6º ano EF	07
	5 anos	7º ano EF	18
	4 anos	8º ano EF	53
	3 anos	9º ano EF	42
	2 anos	1º Ano EM	05
	1 ano	2º Ano EM	02

Fonte: Banco de dados do SIGEDUCA, acesso 27/04/2021. Elaborado por RIGOLIN, Juliana, 2021

Legenda:

EF – Ensino Fundamental;

EM – Ensino Médio;

Qt – Quantidade;

(*) Idade de acordo com o ano da Matrícula.

(**) De acordo com o artigo 29 da Resolução Normativa nº 002/2015 – CEE-MT.

(***) De acordo com o que foi encontrado no Sigeduca, considerando a última aprovação.

Do total de cento e noventa e cinco (195) matrículas do ano de 2019, no ano de 2020, 124 (cento e vinte e quatro) matrículas não ocorreram, totalizando setenta e uma (71) matrículas. Não se pode concluir que, de 2019 para 2020, a redução de matrículas se deve à diminuição dos atos infracionais, já que de um ano para o outro foram 124 (cento e vinte e quatro) matrículas a menos.

O ano de 2020 foi marcado por uma Pandemia, podendo ser umas das causas dessa redução. Das setenta e uma (71) matrículas constam 20 rematrículas de alunos que viraram o

ano no socioeducativo e permaneceram como alunos da EEMF, no ano de 2020. O aspecto da Educação, do total de 71 (setenta e uma) matrículas, 2 (duas) matrículas apresentaram oito anos de atraso na vida escolar. Espantoso que 2 (duas) matrículas possuem sete anos de atraso na vida escolar; 5 (cinco) matrículas com seis anos de defasagem na vida escolar e 62 (sessenta e duas) a partir de cinco anos de atraso. Desse montante, nenhuma matrícula está dentro do padrão que o artigo 29, da Resolução nº 002/2015 CEE/MT (ver Quadro 7).

Quadro 7 – Matrículas do ano de 2020, na escola EEMF do Socioeducativo – POMERI

IDADE(*)	DEFASAGEM(**)	ESCOLARIDADE(***)	QT. DE ALUNOS
14 anos	6 anos	3º ano EF	01
	4 anos	5º ano EF	01
	2 anos	7º ano EF	01
15 anos	4 anos	6º ano EF	01
	3 anos	7º ano EF	05
	2 anos	8º ano EF	01
16 anos	6 anos	6º ano EF	01
	5 anos	7º ano EF	03
	4 anos	8º ano EF	03
	3 anos	9º ano EF	01
	2 anos	1º ano EM	06
	1 ano	2º ano EM	01
17 anos	8 anos	4º ano EF	02
	7 anos	5º ano EF	02
	6 anos	6º ano EF	03
	5 anos	7º ano EF	09
	4 anos	8º ano EF	07
	3 anos	9º ano EF	20
	2 anos	1º Ano EM	03

Fonte: Banco de dados do SIGEDUCA, acesso 27/04/2021. Elaborado por RIGOLIN, Juliana, 2021

Legenda:

EF – Ensino Fundamental;

EM – Ensino Médio;

Qt – Quantidade;

(*) Idade de acordo com o ano da Matrícula.

(**) De acordo com o artigo 29 da Resolução Normativa nº 002/2015 – CEE-MT.

(***) De acordo com o que foi encontrado no Sigeduca, considerando a última aprovação.

4.1.2 Manifestação dos professores a respeito dos adolescentes

A defasagem escolar alarmante como evidenciado pelos dados contidos na subseção anterior, e ainda, conforme o Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão, e as razões para a evasão escolar, como gravidez, falta de conexão dos conteúdos escolares com os interesses e desejo dos estudantes, necessidade imediata de geração de renda para apoiar a

família, exclusão escolar, entre outros, são as razões, para deixarem a escola e se envolverem com o crime, apontadas pelos professores se referindo aos adolescentes que praticaram ato infracional e se encontram em situação de internação no Complexo POMERI. As manifestações expõem a exclusão escolar e a necessidade de gerar renda para apoiar a família:

[...] Primeiro, a maior parte desses alunos, quando eles chegam, ele chega com defasagem idade/série. E outro grande problema é que eles chegam, e que eles são adolescente que estão **muito tempo fora da Escola**, as vezes eles fazem a matrícula, dentro da Escola, as vezes a gente encontra matrícula, no ano vigente, 2020, que terminou agora. Mas, ele ia ou para vender droga, ou para facilitar alguma coisa, criar um ciclo de venda, porque sempre tem um adulto por trás. Ele nunca está sozinho, e depois ele sai. (MC - entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

[...] **a maioria já não estuda a anos**, né. (MW – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

[...] Eu brinco com eles, aqui eu estou lidando com homens, né. Então, o conversar tem que ser diferente, o aprendizado tem que ser diferente, porque ali tem meninos de 14 e 15 anos, que se consideram homem. Homem porquê, Porque **já sustenta a esposa, uma mãe, um irmão, né, conhece a vida, para ele já tem uma postura masculina definida, de homem**, né. (FF – entrevista concedida dia 06 de janeiro 2021).

Ainda sobre o perfil dos adolescentes privados de liberdade, de acordo com os dados do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2014), este informou que a maioria dos adolescentes internos nas Unidades Socioeducativas do Estado de Mato Grosso são do gênero masculino; a cor/etnia declarada pelo adolescente é a cor parda; a faixa etária é entre 15 a 17 anos; a renda familiar desses adolescentes é inferior a cinco salários mínimos; a maioria dos adolescentes moram com a mãe, destacando que a relação com a mãe foi em sua maioria satisfatória; foi detectado comportamento de risco no uso do álcool e outras drogas, os adolescentes apresentam índice de positividade maior para o alcoolismo que de outras escolas públicas; uso abusivo de drogas e ainda, na família do adolescente usuário de drogas, elevada proporção de influência do pai, da mãe e dos irmãos. Sobre a escolarização a informação se deteve ao número de matrículas, e delas a divisão da quantidade que estavam no ensino fundamental, médio e que eram analfabetos sem fazer nenhuma relação com a defasagem escolar.

A compreensão dessa realidade dos alunos da Escola Estadual Meninos do Futuro, trazida nos parágrafos antecedentes, assim com as informações sobre a defasagem escolar e sobre os atos infracionais estarem na seara do dano patrimonial, e ainda informações relevantes trazidas pelo Observatório, principalmente o item de que para os alunos falta conexão dos

conteúdos escolares com os interesses e desejo dos estudantes; em Paulo Freire (1987), no livro *Pedagogia do Oprimido*, tem bastante significativo reconhecimento da educação como possibilidade de exercício da liberdade, espaço no qual, partindo da realidade vivenciada pelos sujeitos, os conceitos devem ser problematizados em um diálogo constante entre “educador e educando”, de modo que estes, comungando interesses, questionem as estruturas de dominação e se movam com o objetivo de garantir a conquista dos direitos mais elementares.

As declarações dos professores descrevem algumas características levantadas por eles através do diálogo com o aluno, ou através da ficha de diagnósticos levantados pela coordenação da Escola; no atendimento de acolhimento demonstram algumas características dos alunos, que vão de encontro com os dados publicados pelo Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão, assim como no Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, que, segundo Andrade (2017), traz a responsabilidade do professor em procurar saber sobre o contexto social, político e o meio em que vivem os adolescentes internados, para planejar suas aulas, objetivando a produção de sentido nos conteúdos apresentados. Também é importante obter informações sobre a realidade vivida pelos adolescentes em sua comunidade, que dificilmente seria a mesma da maioria dos professores. Assim, o professor deve pensar em como atuar com esses alunos, quais os temas que pode abordar para que a construção da aula e o desenvolvimento dele com o aluno se constitua de forma concreta. Do ponto de vista dos professores, os adolescentes, em sua maioria possuem baixo nível de aprendizagem, se encontram há muito tempo fora do espaço escolar.

Mesmo estando em cumprimento à medida socioeducativa, o adolescente em conflito com a lei, mesmo tendo um percentual alto de defasagem, tem seus direitos garantidos, especialmente o direito a educação.

Segundo Costa (2006, p. 14):

A natureza essencial da ação socioeducativa é a preparação do jovem para o convívio social. A escolarização formal, a educação profissional, as atividades artísticas-culturais, a abordagem social e psicológico de cada caso, as práticas esportivas, a assistência religiosa e todas as demais atividades dirigidas ao socioeducativo devem estar subordinadas a um propósito superior e comum: desenvolver o seu potencial para ser e conviver, isto é, prepara-lo de convívio social tipificadas na Lei Penal como crime ou contravenção.

É muito mais do que um direito, é uma possibilidade de acesso a esse adolescente a demonstração de que no mundo há possibilidades, além do ato infracional que o colocou naquela condição, de fazer diferente, apesar de, muitas vezes, a vida ter lhe apresentado dificuldades, que o levaram erroneamente a esse caminho. A educação no sistema prisional,

configurada no ambiente escolar, se torna um dos elementos fundamentais, de mudança de pensar desse ser humano. Mas, que essa concepção e entendimento não é entendida pela maioria das pessoas envolvidas no processo de emancipação, nem mesmo a própria sociedade, que não aceitaria qualquer coisa a ser oferecida a esses indivíduos, uma vez que eles voltaram para o seio da comunidade.

4.2 Formação e Prática docente

A prática dos profissionais da EE Meninos do Futuro é definida de acordo com o conjunto de atribuições que são a eles colocados pelo projeto institucional, e também diz respeito às visões de mundo destes sujeitos, aos valores pessoais e sociais que orientam suas interações na inter-relação com o projeto de vida, os valores e as expectativas dos alunos; como Freire (1979), traz em seu pensamento, que a educação é possível para o homem, porque este é um ser inacabado, implica numa busca realizada por um sujeito que é o homem, ele é o sujeito de sua própria educação, mas esta busca não deve ser solitária. Ela deve ser feita com outros seres que também procuram ser mais e em comunhão com outras “consciências”, caso contrário se faria de uma consciência, objeto de outras. Seria como “coisificar” as consciências. Conforme dita Freire (1979, p. 14), “O homem não é uma ilha. É comunicação. Logo, há uma estreita relação entre comunhão e busca”.

A transformação da realidade do aluno, na perspectiva emancipatória, como processo capaz de promover o pleno desenvolvimento de todas as dimensões do sujeito, se dá através do professor, através das suas práticas pedagógicas, pautadas no ensino-aprendizagem à socioeducação. Assim, de acordo com Ilma Veiga (2000), a característica principal da prática pedagógica reflexiva é o não rompimento da unidade entre a teoria e a prática, que se encontra explícito na manifestação dos professores entrevistados.

[...] Eu tenho que levar os meus conteúdos para o mais próximo da vida deles, as vezes possa até não servir para eles fazerem uma prova, fazer um concurso, fazer um processo, mais como uma forma de aprendizado para a vida, de ensinar a eles darem direcionamento para eles, saber, por exemplo, quando eu trabalho física com o oitavo, eles saberem que, mostrando através da química e da física, como eles fazem a leitura de uma conta de energia, de como observar uma bula de um medicamento, observar a composição química de cada elemento, da vida deles, porque eu sei que ali, eles não vão se tornar professores de química, física, mas que na vida, eles vão encontrar lá fora esses desafios, e vão lembrar, Ah, eu aprendi lá na Escola, ah, a professora falou isso. Eu mostro para eles de uma forma emancipadora, eu mostro para eles um conhecimento

para a vida deles, e saindo de lá, quando eles ouvirem falar, eles sempre vão lembrar da professora. (FF – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

[...]se ouve um pouco o João, ouve um pouco o Pedro, ouve um pouco a Maria, e vai entendendo até porque você consegue detectar, nessas conversas assim, o grau de dificuldade de cada aluno, e assim consegue fazer acontecer a coisa. (MW – entrevista concedida em 06/01/2021).

Inquestionavelmente, nesse cenário de Pandemia Covid-19, juntar prática e teoria, num momento em que aluno e professor estão separados, é algo que ultrapassa qualquer desafio que algum dia se chegou a pensar, vivido na arte de lecionar. As restrições sanitárias iniciaram quase que instantaneamente com o início do ano letivo de 2019. A incerteza da doença, a incerteza da sua letalidade, associada com a certeza de que é um vírus de alta contaminação, fez com que as autoridades tomassem providências de urgências, e na Educação isso não seria diferente. Ocorreu, assim, a suspensão das aulas, com os professores trabalhando de forma remota, ou seja, em suas casas. O desafio desses profissionais se tornou gigantesco frente a esse distanciamento provocado pelo Covid-19, o professor teve que se adaptar a essa realidade.

O professor, segundo Silva (2017, p. 35), “é o agente principal do processo educacional ou de escolarização, em que se dissemina o saber historicamente produzido pela sociedade e se oferece a preparação para a vida”. O professor, segundo Parigi (2017, p. 105), “atua nesses diferentes espaços, com diferentes sujeitos, interagindo com diferentes valores e vivências das famílias, da comunidade e da sociedade, e, conseqüentemente, com os diferentes desafios de falta de recursos e investimentos públicos para a educação”. Sempre está sendo desafiado, pela necessidade de exercer uma prática contextualizada (orientado as especificidades), a cultura da comunidade, sempre apoiado nas diferentes trajetórias de vida e expectativas escolares dos estudantes (GATTI, 2012), aspecto esse marcado pelas falas dos entrevistados:

[...] porque se você não se colocar no lugar, você não vai conseguir ajudar ele. Pelo contrário, você vai fazer aumentar aquela incerteza que ele tem do futuro. Porque ali, o que você encontra é a incerteza do futuro. (IO – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

No contexto socioeducativo o professor tem maior destaque, conforme explica Silva (2017, p. 35), “pois os estudantes, por vezes, ficam o período integral na escola, em atividades com os professores. Esse contato pode levar à transformação da realidade, por meio de projetos significativos para a vida dos estudantes, cuja autoestima é, assim, elevada e conquistada por meio do desenvolvimento das dimensões sociais, emocionais, afetivas e culturais, entre outras”.

O professor entende qual o seu papel dentro da estrutura socioeducativa, assim como a sua importância na construção da socioeducação e, apesar de esbarrarem nas normas legais, como a Base Nacional Curricular – BNCC e DRC do Mato Grosso, que, segundo eles, são sistemas que não conseguem contemplar a realidade do ensino no sistema socioeducativo; o corpo docente precisa se adaptar a esse contexto, buscando alternativas de práticas de ensino para alcançar os alunos, veja os relatos abaixo:

[...] o professor tem que ser “deflash”, ele quem tem que olhar, pegar os livros didáticos e fazer adaptação desses objetivos de aprendizagem, porque não dá para pegar esse objetivo, nem da DRC, que é o Estado de Mato Grosso, que é referência, e muito menos da BNCC, está muito além daquilo que nós temos dentro do socioeducativo. (MC – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

[...] eu tinha que correr atrás, pesquisar conteúdos novos, pesquisar como eu poderia chegar naquele aluno, então, não apenas no geral, mas cada um em questão, então, eu tive que me tornar um educador ali dentro, não cabia mais ser um professor, que iria me guiar por um livro didático. (IO – entrevista concedida em 06 de janeiro de 2021).

[...] uma das coisas que acho muito triste, é que a nossa educação não é direcionada, principalmente para o sistema socioeducativo, é que a gente é padronizado, pelos objetivos de aprendizagem que são padronizados. Que está lá só para a gente colocar um “tiquetizinho”. Aquilo lá para mim, eu acho um absurdo, porque aquilo ali não condiz com nada do que a gente vivencia, nada com a realidade que a gente vive. (FF – entrevista concedida em 06 de janeiro de 2021).

A formação inicial e continuada do professor é tema frequente de discussões no campo educativo. De acordo com o Parecer nº 8/2015 (MEC/CNE/CEB):

[...] o termo perfil refere-se à definição e sistematização de um conjunto de características e competências desejáveis a determinado profissional. Nessa direção, tratar do perfil profissional do professor implica explorar questões relativas à identidade profissional docente e as especificidades da sua atuação na mediação dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes. No caso da socioeducação, especificidades que estão associadas à capacidade de influenciar o desenvolvimento mais complexo dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a ressignificação das trajetórias infratoras e a construção de novos projetos de vida por meio da aprendizagem dos saberes historicamente produzidos pelo conjunto da humanidade. (MEC/CNE/CEB, 2016, p. 13-14).

A formação permanente de educadores, segundo Parigi (2017, p. 107), “se caracteriza por um movimento de distanciamento, de reflexão crítica sobre as ações do contexto concreto, a partir da curiosidade epistemológica que se articula com o saber prático e posteriormente com a prática, como instrumentos indispensáveis na construção de um conhecimento mais consciente e significativo sobre o mundo vivido e sentido”. Para ir ao encontro dessa

expectativa, Silva (2017), aponta que os professores podem atuar de forma interativa, coletiva e contextualizada, respeitando o tempo de aprendizagem de cada estudante e promovendo informações e experiências, numa construção ativa e dinâmica de conhecimentos e saberes.

A junção da bagagem de vivências do professor, no momento de estar lecionando, com a sua percepção aguçada, de que na escola ele precisa identificar as necessidades dos seus alunos, ele precisa ser essa mola propulsora de dinamismo para o aluno, e os socioeducandos são alunos que precisam de variados estímulos, apoio, incentivo, de que é possível que a sua realidade seja modificada, evidenciada na fala do entrevistado, *“principalmente a preparação do ser, a preparação do aluno para após o sistema socioeducativo, de forma que pudesse transformar a vida deles após a saída do socioeducativo”* (IO – entrevista concedida em 06/01/2021).

Freire (1979, p. 15), no livro Educação e Mudança, expressa que “(...) não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim, na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo. É preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fazer com que eles também saibam com humildade”. A preocupação da condução dessas práticas pedagógicas estarem orientadas à vivência do aluno, ao nível de escolaridade em que ele se encontra, à preocupação com as relações interpessoais como forma de abordagem, de que o aluno é respeitado e merece a atenção de todo o núcleo escolar, foi evidente na entrevista, conforme fala do entrevistado: *“porque a sala de aula é o único meio que eles têm como fortalecimento de expressar tudo aquilo que eles estão vivenciando lá dentro. A gente sabe quando ele o aluno está triste, está com raiva. Então você tem que mudar toda a sua estratégia de sala de aula, de comunicação”* (FF – entrevista concedida em 06 de janeiro de 2021).

Assim, o professor é um agente socioeducador, um agente de suas práticas, um educador, e não um “bom professor que cumpriu a jornada de trabalho”. Não houve relatos dos entrevistados sobre capacitação permanente, oferecidos pelos órgãos públicos, que estão relacionados diretamente com a Socioeducação, como a Secretaria do Estado de Educação – SEDUC e a Secretaria de Segurança Pública – SESP. A abordagem sobre o assunto se dava através da Semana Pedagógica, em que se falava sobre as normas que permeiam o sistema, e na Sala do Educador, que é uma capacitação que a própria escola estrutura e é acompanhada pela Assessoria Pedagógica do Estado, em que se aborda temas referentes a Socioeducação, mas não estudos mais aprofundados, ou leitura de experiências que deram certo em outros CASEs pelo Brasil, e que poderia ser estruturado em Cuiabá. É fato, que as práticas pedagógicas

e a formação estão muito ligadas à experiência profissional das pessoas que atuam e atuaram no Socioeducativo, assim como suas experiências com o magistério em outras unidades escolares.

4.3 Ensino-aprendizagem e Socioeducação

Na medida de internação o adolescente passa a viver sobre toda a égide do sistema. O Adolescente toma conhecimento das normas e das regras vigentes na instituição e o esperado é que as incorpore em seu comportamento (GURALH, 2010), e que suas atitudes expressem o entendimento e a assimilação da mesma. A Socioeducação, segundo Paraná (2006), como metodologia propõe objetivos e critérios metodológicos próprios de um trabalho social reflexivo, crítico e construtivo. Na análise sob a ótica das características da Socioeducação, Guralh (2010) destaca que, como processo socioeducativo, configura em um conjunto de relações que se fundamentam e desenvolvem, em sua quase totalidade, no cotidiano institucional, envolvendo os múltiplos momentos que o compõem. Já Freitas (2017), aponta que a socioeducação se apoia na reestruturação educativa do aluno. Em Andrade (2017), o termo socioeducação está vinculado à escolarização, sempre na perspectiva da formação integral dos adolescentes que se encontram submetidos ao cumprimento de medidas socioeducativas. Apesar de utilizarem o termo ressocialização, de que as demandas referentes ao atendimento do socioeducativo vai um pouco além das demandas de escolas regulares. Lá eles estão cara a cara com indivíduos que perderam tudo, ou nunca tiveram nada, vindo da sociedade, Estado e da própria família:

[...] a ressocialização é para transformar o ser, no caso ali o adolescente, que a gente trabalhava, era para transformar ele após o sistema educativo. Assim, é, como nós temos aquele conceito de que apenas a educação pode transformar a vida da pessoa, empoderando aquela pessoa, e saber que além daquilo que ela sabe fazer, ela pode alcançar outros meios, outros objetivos, traçar outras linhas, né, para a sua própria vida. Então a ressocialização, não é nada mais e nada menos, do que transformar a vida dessa pessoa, buscar outros meios, outras formas, que ela consiga trilhar outros caminhos, e transformar a sua vida e da sua família. (IO – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

[...] nós como formadores desses adolescentes, eu acho interessante mostrar para eles que a educação é um caminho essencial para eles, que o processo que inicia todo o processo de transformação, porque é lá, que nós conseguimos ver as habilidades deles, porque assim nos conseguimos ver aqueles que tem habilidades para cantar, um que tem desenvolvimento para a leitura, outro tem desenvolvimento para a matemática, né,

para física para a pintura. Então, é lá que a gente consegue identificar, mostrar para eles um caminho, nortear para eles um caminho, né, na qual eles possam seguir, mostrando para eles possibilidades na vida, para a qual eles possam seguir, e ir além daquilo que o meio demonstra para eles. (FF – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

[...] num simples texto que você passa para o aluno, sempre tem um gancho que você vai inserir esses objetivos da ressocialização. Eu acredito que, esse é um dos maiores papéis de um socioeducador, dentro do socioeducativo, e você estar sempre direcionando para que isso ocorra dentro desses objetivos. (MW – entrevista concedida em 06/01/2021).

Ao longo do desenvolvimento do adolescente, uma fase que propicia a ele melhores condições de compreensão da realidade, Silva (2017), aponta a necessidade de organizar uma educação escolar voltada para um ensino sistematizado e intencional, centrada nas características globais do adolescente – afetivas, emocionais, sociais, sexuais, políticas, e não somente cognitivas. A qualidade e as habilidades pessoais na inter-relação com esse adolescente, pautadas nos princípios dos direitos humanos definidos no SINASE, o que impacta no processo de ensino-aprendizagem, é que “no sistema socioeducativo, o mecanismo de ensino tem que ser diferente do que na parte de fora. Primeiro, a gente não tem recursos, e muitas coisas são limitadas” (FF – entrevista concedida em 06/01/2021).

É fundamental, segundo Lira (2017, p. 61), que “esse profissional tenha formação e visão educativas necessárias para saber administrar as atividades educativas do dia a dia e a relação direta com o adolescente, especialmente na visão sobre os direitos e garantias preconizadas pela legislação nacional”.

Ainda sobre a figura atrativa do professor, o educador Durante (1998), ressalva a importância que o professor tem em poder influenciar na formação de atitude. O professor precisa ser um mediador do processo de ensino e aprendizagem, cabendo a ele planejar as situações didáticas, selecionar e criar bons recursos didáticos, avaliar e redimensionar o ensino, fornecer informações necessárias, estimular comportamentos socialmente aceitáveis, gerir o tempo e o espaço escolar, situação que está presente na EE Meninos do Futuro. Veja trechos:

[...]um professor geralmente, ele se prende a didática dos livros, que tem as suas respostas prontas, né. Ih, ali, as aulas tem que ser de uma forma dinâmica, atrativa, diferenciada, de uma forma para reter a atenção do aluno. (IO – entrevista concedida em 06/01/2021).

[...] eu tenho que levar os meus conteúdos para o mais próximo da vida deles, as vezes possa até não servir para eles fazerem uma prova, fazer um concurso, fazer um processo, mas como uma forma de aprendizado para a vida, de ensinar a eles darem

direcionamento para eles saber, por exemplo, quando eu trabalho física com o oitavo, eles saberem que, mostrando através da química e da física, como eles fazem a leitura de uma conta de energia, de como observar uma bula de um medicamento, observar a composição química de cada elemento, da vida deles, porque eu sei que ali, eles não vão se tornar professores de química, física, mas que na vida eles vão encontrar lá fora esses desafios, e vão lembrar: “Ah, eu aprendi lá na Escola, ah a professora falou isso”. (FF – entrevista concedida em 06/01/2021).

De forma que, para os professores que exercem a sua função dentro de centro de socioeducação, o pensamento e o foco vão além da reprodução de conteúdo, é fazer a diferença na vida do aluno. Sua atuação é de estímulo, é de mudança de comportamento, modo de agir na sociedade, como expressa esse trecho: “[...] tem aluno que diz: 'estou estudando por estudar'. Não pode só pra remissão”. Você tem que falar: “Você pode até vir, mas o pouquinho que você aprende você vai usar, porque Ciências eu estou falando aqui, daqui a pouco você comprova ali na frente. Isso tudo já é meio de você puxar, o aluno passa a gostar da sua aula” (DIORIA, 2017, p. 71).

É imperativo que os professores compreendam, conforme expõe Parigi (2017, p. 106), que “os conteúdos estejam imbricados com as relações humanas, as quais constituem os sujeitos e perpassam os momentos dos processos de ensino-aprendizagem”. E isso é algo que o aluno levará para a vida dele, e o modo como o professor leva o conhecimento até ele desperta o interesse e aguça a vontade de dar continuidade nos estudos, e entendam que estudar faz parte do desenvolvimento do ser humano e propicia acesso, de maneira digna, aos desejos materiais também. Essa percepção, de que a prática de ensino, que é um elemento que faz parte do processo de ensino-aprendizado, seja algo permanente na vida desses alunos, é algo que pode ser constatado através das falas das entrevistas, que seguem abaixo:

[...] o projeto da maquete, que foi um projeto que eu consegui trabalhar várias habilidades com esses alunos, e dentro dessas habilidades, eu tenho certeza, que todos levaram consigo até hoje, e todo aquele conhecimento sobre todas as habilidades diferenciado, e reter a atenção deles, e para que consiga chegar até eles, e dando conhecimento a eles, empoderamento para eles saberem que podem alcançar muito mais, do que conseguiriam lá dentro. (IO – entrevista concedida em 06/01/2021).

[...] eu mostro pra eles de uma forma emancipadora, eu mostro para eles um conhecimento para a vida deles, e saindo de lá, quando eles ouvirem falar, eles sempre vão lembrar da professora. Então, essa é a forma que eu transmito conhecimento para eles, e que quando eles estiverem ressocializados, retornando para a sociedade, eles levem esse conhecimento com eles. (FF – entrevista concedida em 06/01/2021).

As narrativas aqui expostas demonstram a consciência dos professores sobre a socioeducação e o uso do termo no processo de ensino-aprendizado, conforme expõe o pensamento de Parigi (2017, p. 127), em que “trabalhar em uma escola dentro de uma instituição socioeducativa é um processo contínuo de aprendizagens; muitos destacam que existem dificuldades, mas que também lhes foi dada possibilidade de ver e ouvir cada um dos estudantes. O que não era possível “lá fora”, ou seja, em “escolas regulares”. Nos diálogos há presença de informação que demonstra que eles sabem que lá na Escola, que em suas aulas, há um compromisso com a educação transformadora, em que eles façam o mínimo para esses alunos, que desperte o sentimento de transformação da sua condição, no momento em que saírem.

4.4 Adolescentes e Ações Pedagógicas

Ciente de que a medida é consequência de uma atitude realizada, o adolescente adentra à instituição por uma decisão judicial. Ele não mais define sua rotina diária, ele apenas integra o conjunto de práticas já organizadas internamente pela equipe profissional. Segundo Guralh (2010, p. 28), “a instituição já conta com uma rotina sistematizada que contempla todos os momentos do dia, bem como as atividades a serem desenvolvidas em cada um destes momentos: o horário de acordar, de fazer as refeições, ter aulas, praticar atividades físicas, ser atendido por um integrante do corpo técnico, enfim todas são práticas que obedecem a lógica de gestão do próprio centro de socioeducação”.

Sobre o conceito de adolescência, através da abordagem Winnicottiana – Winnicott (2005) e Oliveira e Fulgêncio (2010), consideraram essa etapa como um período do desenvolvimento humano marcado por características negativas, como: imaturidade, rebeldia, ironia, descompromisso, arrogância, mentira, imediatismo, isolamento, hostilidade e confronto com pais, professores e sociedade. A teoria, em si, traz a concepção de transitoriedade, marcada pelo período de tempo no qual o adolescente aguarda o que será futuramente.

Os adolescentes em conflito com a lei, com idade entre 12 e 18 anos representam 0,094% em cada grupo de mil adolescentes (BRASIL, 2013), e que constantemente são acusados dos grandes autores da violência. Seus atos infracionais são hipervalorizados, principalmente pela MÍDIA, que os colocam, muitas vezes, como os causadores da violência. Para Volpi (2013, p. 37), essa afirmação não é verdadeira, já que: “as estatísticas expõe

claramente que a violência tem nos adultos os seus principais perpetradores e nas crianças e adolescentes as principais vítimas”.

Durante as entrevistas, a pesquisadora Lira (2017, p. 57), traz que a maioria dos adolescentes falaram que não sabiam o que era uma medida socioeducativa, e diziam estar ali para “tirar a cadeia” (expressão verbal), um termo característico do sistema prisional. Em contrapartida a coordenação do centro socioeducativo, ora pesquisado por Lira (2017), referiu que as equipes técnicas dialogavam com os socioeducandos sobre as medidas que estavam cumprindo, mas não há, no discurso dos entrevistados, um reconhecimento dessas medidas e suas respectivas funções e importância.

Quando Lira (2017, p. 58), faz a mesma referência, a equipe que compõe a escola, que atende aos socieducandos, do foco da sua pesquisa, as pessoas informam ter uma certa cautela sobre esse assunto ao socioeducando na sala de aula; mas, conforme Lira (2017, p. 58), “ora, se ali é um espaço educativo e tem o objetivo de educar, as temáticas diretamente ligadas aos adolescentes deveriam estar presentes no currículo de formação”.

O SINASE, propõe que a medida socioeducativa deverá considerar as necessidades pedagógicas do adolescente e envolver um:

Conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem-comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, relacional, cognitiva e produtiva. (BRASIL, 2006, p. 46).

O SINASE, no seu texto, traz as seis dimensões básicas, nas quais o atendimento socioeducativo deve se pautar. A segunda dimensão, a que importa nesse tópico, é relativa ao desenvolvimento pessoal e social do adolescente e propõe que as “ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito as diversidades” (BRASIL, 2006, p. 52).

Ainda, sobre as ações socioeducativas que estão organizadas em eixos estratégicos, o eixo educação, SINASE (BRASIL, 2006, p. 59), “assegura aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, o acesso a todos os níveis de educação formal, podendo haver uma Unidade escolar [...], [...] deverá haver espaço para acompanhamento sistemático das tarefas escolares, auxílio para possíveis dificuldades[...]”.

De acordo com Volpi (2013, p. 14), a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento coloca aos agentes envolvidos na operacionalização das medidas socioeducativas a missão de proteger, no sentido de garantir o conjunto de direitos e educar, oportunizando a inserção do adolescente na vida social. Visa-se aproveitar esse momento de transformação do adolescente para que torne efetivas as ações do adulto, já que esse é um período de transição significativa (LAGO; MOZZER; SANTIBANEZ, 2013, p. 104), em direção a o que o adolescente em medida socioeducativa virá a ser um dia. O adolescente possui uma força social que lhe é natural e o impulsiona para a autonomia e a individualidade, em um processo contínuo do desenvolvimento humano (DESSEN; SENNA, 2012), que pode ser alcançado por diferentes meios e contextos (DESSEN; SENNA, 2012).

A medida socioeducativa, sob o enfoque da educação, deverá constituir-se, segundo Lira (2017, p. 62), “mediante uma educação que contribua para a formação e ressignificação de valores que oriente o adolescente para a participação na vida social, evidenciando-se, assim, a dimensão ético-pedagógico da medida socioeducativa”. Consciência dessa importância na vida desses socioeducandos, em que podemos encontrar nas falas dos entrevistados, veja abaixo:

[...] por exemplo, o professor levava uma música. Essa música, por exemplo, o professor tinha que planejar essa “levada” do som na sala, como um instrumento pedagógico. Ele planejava, mostrava para a gente, o que ia fazer com esse som, se era um DVD, um CD, e a gente fazia as alterações e levava esse plano de aula, e fazia. (MC – entrevista realizada em 06/01/2021).

[...] de que apenas a educação pode transformar a vida da pessoa, empoderando aquela pessoa, e saber que além daquilo que ela sabe fazer, ela pode alcançar outros meios, outros objetivos, traçar outras linhas, né, para a sua própria vida. (IO – entrevista concedida em 06/01/2021).

[...] a educação para eles uma forma de fortalecimento, uma forma de mostrar para eles caminhos de transformação na vida deles. (FF – entrevista concedida em 06/01/2021).

[...] a forma de ministrar a aula é diferente, a Escola nesse contexto é diferente. Porque em termos de desafio, você vai lidar com adolescentes, igual nas outras escolas. Você não pode chegar, fazendo aquela coisa, muito maçante. Primeiro, você tem que chegar e explicar a importância da educação dentro do socioeducativo, e tudo que tem de positivo para eles, cumprirem a medida socioeducativa. (MW – entrevista concedida em 06/01/2021).

A ação educativa deverá respeitar a singularidade dos adolescentes, conforme fala da entrevistada: *“[...] Então, para trabalhar com esse aluno dentro de uma sala de aula, que tem oito alunos, que tem dez alunos, que é o máximo que a gente tem que ter, onde todos estão*

praticamente no nível, mas nós sabemos que tem aquele lá que não conhece. O professor tem que ter o plano A, o plano B. As vezes, está na aula de geografia, e o professor não é pedagogo, e ele tem que estar alfabetizando” (MC – entrevista concedida em 06/01/2021); sendo fundamental aos profissionais da socioeducação, a compreensão e a prática de uma educação pelo exemplo, ou seja, “educar consiste em ensinar aquilo que se é” (BRASIL, 2006, p. 48).

O profissional, cita Lira (2017, p. 63), “que atua na socioeducação veja e enxergue no adolescentes seu potencial para ser mais”, sua incompletude enquanto pessoa humana em construção (Freire, 1992), sua subjetividade, capacidades e limitações. É preciso, segundo Lira (2017, p. 63), conhecer cada adolescente e compreender seu potencial e seu estágio de crescimento pessoal e social, e reconhecer seu potencial para superar suas limitações, fazendo-lhes exigências que sejam capazes de serem realizadas”, o que também impacta no desenvolvimento das ações pedagógicas do professor para com o aluno, situação que pode ser confirmada através da fala dos entrevistados da EE Meninos do Futuro; veja abaixo:

[...] vemos nosso trabalho fluindo, principalmente quando um aluno, e a gente percebe que ele passa de fase, tem um bom desempenho pedagógico, ou ele faz uma prova, porque a gente faz a prova do Enem, do CEJA, e as outras provas, como prova Brasil, Olimpíadas de matemática, olimpíadas da literatura brasileira, que nós já tivemos, é prova de redação, já tivemos vários alunos, classificados, recebemos prêmio, né. Que saiu inclusive na página da Seduc, isso é gratificante. (MC, entrevista concedida em 06/01/2021).

[...] fizemos uma equipe de suporte para o vestibular, nós também colocamos aulas no contra-turno, nas horas atividades do professor, para que eles fizessem um curso da IFMT. E neste mesmo ano, nos tivemos aprovação de dois alunos, na UFMT, no curso de Física, e tivemos algumas alunas no feminino e no masculino, no IFMT, e uns alunos nas Olimpíadas de matemática. (MC, entrevista concedida em 06/01/2021).

[...] relação do ensino-aprendizagem da socioeducação um depende do outro, você tem que fazer um trabalho, que vai cativá-los dentro de um contexto, de certa forma, psicopedagógico, que você vá conseguir, é, ampliar o nível de conhecimento, ou mesmo que você não consiga aumentar esse nível de conhecimento, você desperte o interesse no saber, né. (MW – entrevista concedida em 06/01/2021).

[...] então, ali há necessidade de ter educador. Ele vai levar o aluno para além das grades, das celas e vai fazer ele imaginar um futuro diferente que ele pode almejar para ele. (IO – entrevista concedida em 06/01/2021).

-

Historicamente, a educação escolar para os socioeducandos foi utilizada como forma de controle, já que toda a estruturação legislativa, hoje conhecida como socioeducação, estava pautada na preocupação de proteger a sociedade desses menores, que “atrapalhavam”. O olhar

mais humanizado sobre os socioeducandos, enfatizando que eles são vítimas das condições inservíveis a que a maioria esteve exposta, e que não conseguiram projetar um futuro diferenciado, e acabaram “caindo” em uma armadilha. Dessa forma, as ações pedagógicas devem estar voltadas no eixo expandido da educação, ou seja, elas não devem ser apenas um momento de reprodução de matéria, mas sim, uma forma de mostrar a esses socieducandos que existem diversas perspectivas depois que saírem, mas que elas são construídas e se tornam realidade, também, através do esforço individual.

O planejamento das ações constitui um parâmetro, apontado pelo SINASE (2006), que envolve todos os atores da Unidade de Internação, diz respeito à dinâmica institucional que deve ter por base a garantia da troca de informação entre seus agentes socioeducadores, e o planejamento sempre baseado no indivíduo, na possibilidade de ressocialização, do mesmo voltar à sociedade transformado. Segundo parágrafo do Plano Político Pedagógico (PPP) da EE Meninos do Futuro (PPP, 2019, p. 8):

[...] é primordial que nossas práticas pedagógicas sejam orientadas para a criação de aprendizagens significativas aos envolvidos no processo pedagógico, partindo do pressuposto de que “nenhum método ou técnica, nenhum recurso logístico, nenhum dispositivo político-institucional pode substituir o frescor e a imediaticidade da presença solidária, aberta e construtiva do educador junto ao educando” (COSTA, 1991, *online*) e de que uma postura pedagógica norteadada pela pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 2011) reconhecendo que os sujeitos históricos se desenvolvem nas interações sociais, cabendo, portanto a instituição escolar organizar-se pedagogicamente para que a educação pública cumpra seu papel social de educar integralmente. (PPP, 2019, p. 9.)

4.4.1 Planejamento de Ensino

O planejamento de ensino dos professores está descrito no formulário “Diário Eletrônico”, um sistema já pronto da própria Secretaria do Estado de Educação do Estado de Mato Grosso, com a data e a matéria ministrada. A socioeducação como metodologia não se encontra documentada no formulário, apenas explicita no discurso dos professores, assim como não se encontrou, a socioeducação como método, no PPP da EEMF, embora se tenha identificado a necessidade das aulas estarem voltadas aos aspectos da Socioeducação, conforme pensamento de Freire (1987, p. 53), no livro *Pedagogia do Oprimido*, afirma que “Daí que, para esta concepção como prática da liberdade, a sua dialogicidade comece, não quando o educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação”.

Planejar alguma coisa envolve elaboração de um plano, organização de um roteiro, uma programação, ou seja uma ação que antecede a realização de algo; *“O planejamento era feito de uma forma, que nós poderíamos alcançar um objetivo de que esse aluno entendesse a educação, como algo que iria transformar sua vida ali, como algo para o futuro”* (IO – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021). O modo de planejamento das aulas, antes de 2017, pode ser observado de acordo com o relato abaixo:

[...] será que vou dar conta de transformar alguma coisa para esses adolescentes, aí quando a gente montou o plano de ação, e fomos para a sala de aula, eu fiquei apavorada com a equipe de trabalho que tinha em 2017. O plano de aula que o professor fazia, na verdade o professor não fazia plano de aula, eles começaram a fazer quando a gente chegou. Não tinha uma rotina de trabalho, e os alunos, eles davam folha de papel e uns toquinhos de lápis, para os meninos escreverem. (MC – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

O que aconteceu com a EE Meninos do Futuro nesse período, em que não se desenvolvia a educação na sua forma plena, nem a formal, nem a informal, era desinteresse do Estado, já que a Unidade, como o próprio nome diz é um Complexo, já que o Judiciário, a Segurança e a Educação, três poderes que cuidam do socioeducando, que está tutelado pelo Estado. Será que foi má condução da equipe escolar, na época, que não soube contratar as pessoas certas, para trabalhar nessa Escola? Será que o gestor não tinha conhecimento do que acontecia? Porque no cenário apresentado pela Entrevistada, não se educa e nem se ressocializa, muito menos se tem moral para apresentar a outros órgãos, como exemplo de agente socioeducador, como isso foi chegar a esse ponto naquela época.

Os quatro entrevistados consideraram o planejamento da aula como uma ação diária e permanente. Essa dinâmica de planejar as aulas, de pensar nos conteúdos, de pensar que cada aluno é diferente, não era rotina na EE Meninos do Futuro, em meados de 2017. Durante (1998), traz a responsabilidade ao professor de planejamento das situações didáticas, selecionar e criar bons recursos didáticos, avaliar e redimensionar o ensino, fornecer informações necessárias, estimular comportamentos socialmente aceitáveis, gerir o tempo e o espaço escolar.

Mas, quando a EE Meninos do Futuro senta e planeja todo o ensino-aprendizagem dos socioeducandos, surgem novos delineamentos e comprometimento dos professores para com os alunos; veja relato abaixo:

[...]o meu cotidiano era formado pelas aulas em sala de aula, pela elaboração das matérias, dos conteúdos propostos. (IO – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

[...] você tem que ter uma estratégia de trabalho, de como vai lidar, de como resgatar, de como vai falar para um adolescente. (FF – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

[...] como você vai chegar nesse aluno, porque são maneiras diferentes, a abordagem é diferente, a forma de ministrar a aula é diferente. (MW – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

[...] Fizemos a reunião pedagógica com os professores, é, pedimos para eles, ensinamos, do objetivo que a gente gostaria de alcançar, fazer plano de aula, porque a maioria não sabia fazer plano de aula. Tinha professor que escrevia muito errado. (MC – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

A forma de organizar o processo de ensino e aprendizagem, conforme reflete Dantas (2018), parte do uso de métodos e técnicas com conceitos significativos, mobilizando conhecimentos bem planejados, para que todas as ações sejam desenvolvidas e atinjam o foco principal da educação, que é o estudante, conforme pensamento de Silva (2017). Remodelado o padrão criado ao longo dos anos na EE Meninos do Futuro, em que as aulas eram dadas sem planejamento, sem organização voltada ao aluno privado de liberdade, sem o foco na Socioeducação, em que o agente socioeducador deve trabalhar com conceitos fundamentais, como liberdade, família, amor, vida, cidadania, misérias e outros, conforme observação trazida por Santos (2016), e ainda, Gadotti (1999, p. 62), salienta que uma educação efetiva é “aquela voltada para a autonomia intelectual dos alunos, oferecendo condições e análises e compreensão da realidade prisional, humana e social em que vivem”, realidade que existe na EE Meninos do Futuro atualmente, graças aos esforços iniciado em 2017, conforme trechos:

[...] cada aluno que a gente trabalha lá, no socioeducativo, são alunos diferenciados. Exigiam um plano de aula para cada um desses alunos, pensando diretamente no individual de cada um, na bagagem de conhecimento que esse adolescente já possui e na bagagem que ele poderia possuir através da Educação dentro do socioeducativo. (IO – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

[...] Porque teria que ser algo atrativo. Porque eu vou dizer uma coisa para você, se a aula não for atrativa, o aluno não assiste, ele faz as atividades por obrigação, porque ele precisa, porque ele é cobrado e existe um relatório, a partir do momento que existe um projeto, não um projeto assim, direcionado a Educação. (FF – entrevista concedida dia 06 de janeiro de 2021).

Não existe uma rotina fechada para atividades educativas, e sim, uma educação transformadora e humanizada; a necessidade de repensar o processo pedagógico está atrelada à própria necessidade de repensar a instituição socioeducativa, possibilitando aos jovens o

acolhimento que não receberam no decorrer das suas trajetórias, segundo Guralh (2010) e Parigi (2017). Prado (2015, p. 48), afirma que “mesmo no cárcere, é possível pensar na criação de mecanismos capazes de transformar o tempo de cumprimento da pena em alternativas que visem, no mínimo, a formação escolar do apenado”. “Soltá-los mais pobres e ignorantes do que quando entraram não ajuda [em nada]” (VARELLA, 1999, p. 141).

Na EE Meninos do Futuro, a escola que atende aos alunos que estão dentro da Unidade de Socioeducação, convivem com uma rotina em que lidam com uma defasagem escolar significativa; o atendimento dentro da sala de aula é Multi, ou seja dentro de uma sala de aula tem alunos, por exemplo, do 6º ano com alunos do 7º ano, que não têm professor específico para atender esses alunos com defasagem; existem casos de alunos que não sabem ler, nem escrever, falta de material pedagógico, como laboratório de informática, biblioteca atualizada, dentre outros problemas, que, quando não observados em propósitos de ações que se efetivem e incorporem conceitos da Socioeducação inclusive, ou seja, se não houver planejamento das ações de ensino não se obterá resultado; conforme apontou Parigi (2017), em sua pesquisa, que foi notável a dificuldade de relacionar a prática profissional e a definição do papel que o agente socioeducador tem em relação à proposta socioeducativa. Por essa razão que, ao retornar novamente ao convívio da sociedade com algum aprendizado útil, de manter-se na rede pública de ensino, as chances de se empregar e consequentemente auferir renda estão mais próximas, diminuindo a possibilidade de reincidência criminal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pelas temáticas relacionadas à educação que atende o sistema socioeducativo vem se consolidando via dissertações e teses, inclusive sobre temas relacionados a práticas docentes em Centros de Atendimento Socioeducativo (CASEs) relacionados à socioeducação. Através da convivência com profissionais no ambiente socioeducativo do Complexo POMERI é que a curiosidade foi instigada sobre a prática docente, especialmente direcionada à socioeducação, formulando a seguinte pergunta: que objetivos da socioeducação são percebidos pelos professores da Escola Estadual Meninos do Futuro do Complexo Socioeducativo de Cuiabá (Pomeri) na prática docente?

Com o estudo na Escola Estadual Meninos do Futuro (EEMF), local escolhido para a pesquisa, constatou-se uma aproximação dos professores a essa proposta, consciência do seu papel de agente socioeducador, e a importância do processo de ensino-aprendizagem dos adolescentes, embora ainda possamos encontrar resistência quanto à possibilidade de recuperação dos adolescentes.

No sistema socioeducativo não há que se fazer menção ao perfil do infrator, ao ato infracional e às circunstâncias do mesmo, mas possibilitar aos infratores o retorno à sociedade com perspectiva de futuro, superando os atos infracionais que possam tê-los colocado em confronto com a comunidade. Para tais superações aposta-se na educação, tanto fora do sistema como dentro do sistema socioeducativo. Na educação fora do sistema socioeducativo aposta-se que a escola e a sociedade protejam à criança e o adolescente, de modo que eles, em situação de vulnerabilidade, não sejam cooptados pelo crime. E que a educação no interior do sistema os habilite e lhes dê competências para que não reincidam.

Como fenômeno histórico e cultural, a Educação abrange diversos processos sociais em que o ser humano, em contato com o mundo e na relação consigo e com o outro, elabora o conhecimento, transforma sua realidade e o meio que o circunda, compartilhando os resultados de suas experiências que, por sua vez, fomentaram novos saberes que, novamente foram compartilhados. As experiências educativas ocorreram em diferentes espaços e instituições: família, comunidade, instituições religiosas, manifestações culturais, espaços recreativos e de convivência, e nas instituições responsáveis pela educação formal, a exemplo da escola (BRANDÃO, 2007).

Os dados obtidos através do estudo desenvolvido na EEMF foram sistematizados utilizando-se das categorias: Perfil do adolescente em conflito com a lei: Formação e prática; Ensino-

aprendizagem e socioeducação; e Adolescentes e ações pedagógicas. As categorias Formação e Prática e Ensino-aprendizagem e Socioeducação deixam claro a consciência que os professores têm sobre a socioeducação, embora em diversas ocasiões, tenham utilizado o termo ressocialização. O que significa que não têm clareza da distinção entre os dois termos, e, portanto, isso pode se refletir em suas práticas docentes. No aspecto da prática docente dos sujeitos entrevistados da EEMF, ela se define como um conjunto de atribuições que são a eles colocados pelo projeto institucional, e diz respeito às visões de mundo destes sujeitos, aos valores pessoais e sociais que orientam suas interações na inter-relações com o projeto de vida, os valores e as expectativas dos alunos.

O professor entende qual o seu papel dentro da estrutura, assim como a sua importância na construção da socioeducação, apesar de esbarrarem nas normas legais, como a Base Nacional Curricular – BNCC e Documento de Referência Curricular de Mato Grosso, pois, segundo eles, são sistemas que não conseguem contemplar a realidade do Ensino no sistema Socioeducativo. Demonstrou-se, assim, nos diálogos, o compromisso com a educação emancipadora, com a educação transformadora, e que pelo menos o mínimo seja feito para que seja despertado no aluno o sentimento de transformação da sua condição, no momento em que saírem da unidade de internação.

O requisito indispensável para quem pretende estabelecer com os adolescentes uma relação de ajuda na busca da superação de seus impasses e dificuldades refere-se ao perfil do profissional, principalmente no que diz respeito à qualidade e habilidades pessoais na inter-relação com o aluno, pautados nos princípios dos direitos humanos, definidos no SINASE, o que impacta no processo de ensino-aprendizagem. Nos diálogos há presença de informação que demonstra que eles sabem que, lá na Escola, em suas aulas, há compromisso com a educação transformadora, em que eles façam o mínimo para esses alunos, que despertem o sentimento de transformação da sua condição, quando saírem.

Historicamente, a educação escolar para os adolescentes infratores foi utilizada como forma de controle, já que toda a estruturação legislativa estava pautada na preocupação de proteger a sociedade dos adolescentes em conflito com a lei. O olhar mais humanizado sobre os adolescentes, a partir de normatizações internacionais enfatizou que eles são vítimas das condições perversas a que a maioria esteve exposta, e que não conseguiram projetar um futuro diferenciado daquele em curso.

As ações pedagógicas devem ter um eixo expandido, ou seja, não devem ser apenas um momento de reprodução de matéria, mas sim, uma forma de mostrar a esses adolescentes que

existem outras perspectivas depois que saírem, mas que elas devem ser construídas para se tornarem realidade, também, através do esforço individual.

A junção da bagagem de vivências do professor, no momento de estar lecionando, com a sua percepção aguçada, de que naquele momento, de que naquela escola, ele precisa identificar as necessidades dos seus alunos, ele precisa ser essa mola propulsora de dinamismo para adolescentes em conflito com a lei, que precisam de variados estímulos, apoio, incentivo, da reafirmação constante de que é possível que a sua realidade seja modificada.

A preocupação da condução dessas práticas pedagógicas estarem orientadas à vivência do aluno, ao nível de escolaridade em que ele se encontra, a preocupação com as relações interpessoais como forma de abordagem de que o aluno é respeitado, e merece a atenção de todo o núcleo escolar, foi evidente.

Atuar na socioeducação não é tarefa fácil, ficando principalmente a cargo do Estado o maior peso de qualificação desses profissionais, com formações continuadas e políticas públicas de atendimento aos adolescentes visando à ressocialização, sem falar sobre a própria reestruturação da parte física do ambiente de trabalho.

Não houve relatos dos entrevistados sobre capacitação permanente, oferecidos pelos órgãos públicos, que estão relacionados diretamente com a socioeducação, como a Secretaria do Estado de Educação – SEDUC e a Secretaria de Segurança Pública – SESP. A abordagem sobre o assunto se dava através da Semana Pedagógica, em que se falava sobre as normas que permeiam o sistema, e na Sala do Educador, que é uma capacitação que a própria escola estrutura e é acompanhada pela Assessoria Pedagógica do Estado, em que se aborda temas referentes à socioeducação, mas não estudos mais aprofundados, ou leitura de experiências que deram certo em outros CASEs pelo Brasil, e que poderiam ser estruturados em Cuiabá.

É fato que as práticas pedagógicas e a formação estão muito ligadas à experiência profissional das pessoas que atuam e atuaram no Socioeducativo, assim como suas experiências com o magistério em outras unidades escolares. Na área da educação existem muitos problemas, e eles são complexos. As respostas para as possíveis soluções não são instantâneas, mas são possíveis, através de muitos estudos, reflexões, entre outros. A formulação de projetos sociais e educacionais voltados aos alunos que estão privados de liberdade é importante para o seu desenvolvimento, ainda mais que são adolescentes, um período da vida que é marcado por mudanças significativas no campo da formação da identidade do sujeito.

Assim, o primeiro passo em relação a esse aluno privado de liberdade é o acesso à educação, que já é garantido através das normas legais e que deve ser de forma emancipadora;

resgatar o que o aluno já desenvolveu ao longo da sua existência e lapidar, demonstrando que o mundo está cheio de possibilidades.

E tratando da categoria Adolescentes e ações pedagógicas, a subseção sobre o planejamento de ensino, onde os entrevistados consideraram o planejamento da aula como uma ação diária e permanente, pois eles têm a consciência de que cada aluno é diferente e cada um chega para eles com algum tipo de defasagem escolar. A prática dos profissionais da EEMF é definida de acordo com o conjunto de atribuições que são a eles colocadas pelo projeto institucional, e, também, diz respeito às visões de mundo destes sujeitos, aos valores pessoais e sociais que orientam suas interações na interrelação com o projeto de vida, os valores e as expectativas dos alunos.

O professor entende qual o seu papel dentro da estrutura socioeducativa, assim como a sua importância na construção da socioeducação e, apesar de esbarrarem nas normas legais, como a Base Nacional Curricular – BNCC e DRC do Mato Grosso, segundo eles esses sistemas não conseguem contemplar a realidade do ensino no sistema socioeducativo. Os professores têm a consciência sobre os problemas escolares, e ainda, como a forma de organização das Turmas Escolares se dá como multiseriada, o que dificulta ainda mais os trabalhos escolares, porque dentro de uma sala, tem alunos do 6º ano e do 7º ano juntos, por exemplo. Há um padrão desenvolvido pela Escola sobre o modo de planejamento de aula, para cada turma. O planejamento de aula deve constar no instrumento, chamado Plano de Aula. Ou seja, tudo deve estar estruturado no Plano de Aula, que deve passar pelo crivo da coordenação e assim o professor realizar o seu trabalho. Para eles é natural a questão de resgatar o que o aluno já desenvolveu ao longo da sua existência, abrindo portas e janelas de perspectivas novas, de que o mundo lá fora tem muitas oportunidades.

No aspecto de análise do planejamento dos professores que foram entrevistados, os documentos que foram apresentados foram aqueles em que os professores preenchem o “Diário Eletrônico”, com a data e a matéria ministrada, um sistema já pronto da Secretaria do Estado de Educação do Estado de Mato Grosso. A socioeducação como ação pedagógica não está documentada, pois o diário está pronto e basta ser preenchido, então, acredita-se que o método de agir diferente na sala de aula se apresenta como discurso, e não metodologicamente. Também não foi possível identificar no Projeto Político Pedagógico da EEMF que a metodologia, as ações pedagógicas estariam voltadas aos aspectos da socioeducação.

A estruturação metodológica garante a perpetuação e ajustes daquilo que deu certo e daquilo que deu errado, e como se dariam as adequações ao longo do tempo, já que tudo é uma

metamorfose, tanto no campo da tecnologia. E, ainda, a Escola Estadual Meninos do Futuro tem em seu quadro de professores contratos, que é em sua maioria. E com essa mudança de funcionários públicos de um ano letivo para o outro, se não há registro de como, pelo menos no período de adaptação do novo professor, de como trabalhar com o aluno, há um desgaste de tempo e emocional muito grande.

O professor é o meio que articula o processo de ensino e aprendizagem, cabendo a ele planejar as situações didáticas, selecionar e criar bons recursos didáticos, avaliar e redimensionar o ensino, fornecer informações necessárias, estimular comportamentos socialmente aceitáveis, gerir o tempo e o espaço escolar, situação que está em processo de compreensão e efetivação na EEMF do Complexo POMERI.

REFERÊNCIAS

ABREU, Almiro Alves de. **Educação entre grades**: um estudo sobre a educação penitenciária no Amapá. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2008.

ALBUQUERQUE, Jessica Fernanda. **Entre socioeducação e punição**: trabalho sujo, identidade e práticas dos agentes socioeducativos da UISS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2019.

ALVES, Juliano Cláudio. **O Olhar dos agentes socioeducativos sobre as ações pedagógicas e os adolescentes da Unidade de Internação de Cáceres-MT**. Programa de Pós-graduação em Educação - Cáceres/MT - UNEMAT, 2015.

ANDRADE, Marcia Maria Razera de. **Produção de sentidos das práticas pedagógicas na socioeducação**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

AYALA, Camila Soprani. **Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação**: um estudo sobre a escolarização no ano de 2016 e 2017 no centro de socioeducação de Foz do Iguaçu. Dissertação (Mestrado em ...) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

BARROS, Aline Menezes de. **Escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação**: estudo bibliográfico. Dissertação (Mestrado em ...) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos).

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Panorama Nacional**: a execução das medidas socioeducativas de internação. Brasília: CNJ, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação Geral de Direitos Humanos. **Nota Técnica nº 38**, de 22 de agosto de 2013. Brasília: CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC, 22.08.2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Orientação às Secretarias Estaduais de Educação para a implementação da Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília: SECADI/MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). **Parecer CNE/CEB nº 8**, de 7 de outubro de 2015. Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília: DOU, 11.5.2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: DOU, 16.7.1990, ret. 27.9.1990.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.998, de 11 de janeiro de 1.990; 5.537, de 21 de novembro de 1968; 8.315, de 23 de dezembro de 1991; 8.706, de 14 de setembro de 1993; os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: DOU, 19.1.2012, RET. 20.1.2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**: diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: SDH/PR 2013, p. 39.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. **Resolução nº 119**, de 1 de dezembro de 2006. Resolve Aprovar o Sistema de Atendimento Sócio Educativo – SINASE. Brasília: CONANDA, 1.12.2006.

CARVALHO, Aparecida Borralho Dias. **Um Estudo Crítico das Instituições Públicas e a Escola Estadual Meninos do Futuro – Entrelaçando Poder e Saber**. Dissertação (Mestrado em Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Cuiabá, 2015.

COSTA, A. C. G. C. **Parâmetros para formação do socioeducador**: uma proposta inicial para reflexão e debate. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

CUIABÁ. Sigeduca – **Sistema de Gestão Educacional da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: 2013.

CUIABÁ. SIPIA/SINASE/WEB – **Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas, versão WEB**. Secretaria Estadual da Segurança Pública. Secretaria Adjunta de Justiça. Superintendência de Administração Socioeducativa. Coordenadoria de Atendimento Socioeducativo. Banco de Dados. Acesso em: 27 abr. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silverio; FÁVERO, Osmar. A Relação Educação-Sociedade-Estado pela Mediação Jurídico-Constitucional. In: FÁVERO, Osmar. (Org.). **A educação nas constituições brasileiras 1823 – 1988**. 3. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

DANTAS, Doneves Fernandes. **Leitura crítica**: um caminho para a ressocialização. Dissertação (Mestrado Profissional de Letras – PROFLETRAS) – Centro de Formação de Professores – CFP, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Cajazeiras - PB, 2018.

DESSEN, Maria Auxiliadora; SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da Adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia, v. 28, Jan-Mar, p. 101-108, 2012.

DIORIA, Tatiane Almeida. **Entre o ensino e a ressocialização**: práticas de professores de ciências na educação prisional masculina no município do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2017.

DURANTE, Marta. **Alfabetização de adultos**: leitura e produção de textos. Porto Alegre: Grupo A, 1998.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito **Rev. Bras. Estud. Pedagógicos**, Brasília, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução do espanhol de Moacir Gadotti e Lílían Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um encontro com a Pedgogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Riane Conceição Ferreira. **Sistema punitivo e Justiça restaurativa**: os reflexos na escolarização e profissionalização na socioeducação. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém, 2017.

GADOTTI, M. Palestra de encerramento. In: MAIDA, M. J. D. (Org.). **Presídios e Educação**. São Paulo: FUNAP, 1999. p. 121-148.

GATTI, Bernadete Angelina. A Construção Metodológica da Pesquisa em Educação: Desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Periódico Científico editado pela ANPAE, v. 28, n. 1, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 6ª edição. São Paulo: Atlas. 2017.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALEZ-REY, F. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. *In*: GONZALEZ-REY, F. L. (Ed.). **Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Thompson Learning, 2005.

GOMES, Vinícius Laurindo da Fraga. **Práticas de física para alunos do regime socioeducativo, anos finais do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado Profissional de Ensino de Física) – Instituto de Ciências Exatas – ICEX, Universidade Federal Fluminense – UFF, Volta Redonda - RJ, 2016.

GURALH, Soeli Andrea. **O regime de privação de liberdade sob enfoque da socioeducação: experiência do Centro de Socioeducação Regional de Ponta Grossa**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa – PR, 2010.

HOLANDA, Izabele Pessoa. A doutrina da situação irregular do menor e a doutrina da proteção integral. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XV, n. 106, nov. 2012. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=A+doutrina+da+situa%C3%A7%C3%A3o+irregular+do+menor+e+a+doutrina+da+prote%C3%A7%C3%A3o+integral&rlz=1C1CAFA>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

LAGO, Marilucia Pereira do; MOZZER, Geisa Nunes de Souza; SANTIBANEZ, Dione Antônio. (Orgs.). **Adolescência – Temores e Saberes de uma Sociedade de Conflito**. Goiânia – GO: Canône Editorial, 2013.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e o Ato Infracional – medida socioeducativa é pena**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

LIRA, Jaqueline Alves de. **A educação na socioeducação: um olhar para as ações educativas no contexto da medida socioeducativa de internação numa unidade de privação de liberdade**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife – PE, 2017.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. *In*: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina – PR: Eduel, 2003. p. 11-25.

MATO GROSSO. Governo do Estado. **Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso: 2014-2024**. Cuiabá - MT: Governo do Estado de Mato Grosso, 2014.

MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. **Resolução nº 002. /2015 CEE/MT**. Disponível em: <<http://www3.cee.mt.gov.br/wmmostrarmodulo.aspx?15,45,Componente+Arquivo>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. revista e aprimorada. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006.

MIRANDA, Kátia Aparecida da Silva Nunes. **Adolescentes e jovens em vulnerabilidade social**: um estudo crítico das representações de atores sociais. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT, 2014.

MIRANDA, Kátia Aparecida da Silva Nunes. **Significados e sentidos dos processos educativos vivenciados pelos jovens em situação de Atendimento Socioeducativo de Cuiabá-MT**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos – SP, 2019.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORELLI, Ailton José. A inimizabilidade e a impunidade em São Paulo. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999. Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão. Instituto Unibanco. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/emdebate/abandonoevasaoescolar?utm_source=google&utm_medium=search&utm_campaign=jornalistas_evasao>. Acesso em: 08 jan. 2021.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: Alguns equívocos na interpretação de seu pensamento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, p. 67-74, 1992.

OLIVEIRA, Ronualdo Portela de. O direito à educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. (Org.). **Gestão, Financiamento e direito à educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

OLIVEIRA, D. M.; FULGÊNCIO, L. P. Contribuições para o estudo da adolescência sob a ótica de Winnicott para a Educação. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 64-80, 2010.

PARIGI, Camila da Rosa. **Auto(trans)formação permanente com professores(as) em contexto socioeducativo**: educar(se) entre a coercitividade e a liberdade. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria – RS, 2017

PRADO, Alice Silva do. **Educação nas prisões**: desafios e possibilidades do ensino praticado nas Unidades Prisionais de Manaus. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus – AM, 2015.

POTTMEIER, Sandra; SOUSA GUILHERME, Luiz Herculano de; FISTAROL, Caique Fernando da Silva. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do

conceito. **Doxa**: Rev. Bras. De Psico. e Educ., Araraquara - SP, v. 21, n. 1, p. 182-186, jan./jun. 2019. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <<https://doi.org/10.30715/doxa.v21i1.13038>>.

PPP. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Meninos do Futuro**. Cuiabá – MT: 2019. Acesso direto pelo Sistema Sigeduca, em 11 de nov. de 2020.

SOUSA, Boaventura de Santos (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Nelcyvan Jardim do Santos. **A Ressocialização por meio da Educação Escolar no Sistema Penitenciário do Tocantins**: Um Estudo de Caso. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Curso de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Universitário de Palmas, Palmas – TO, 2016.

SILVA, Christina Pereira da. **O trabalhar docente com adolescentes em conflito com a lei: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho**. 2019. 248 f. Tese (Programa Stricto Sensu em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, Daiane Trindade da. **Formação e Prática**: a Percepção do Socioeducador – um Estudo no Centro Socioeducativo na Cidade de Vilhena/RO. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres - MT, 2017.

SILVA, Nilcea Moreno. **Professor e sistema socioeducativo: conquistas, desafios e perspectivas para a promoção do desenvolvimento do adolescente**. 186 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2017.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A Prática Pedagógica do professor de Didática**. Campinas - SP: Papirus, 2000.

VIEIRA, Evaldo. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XVIII, n. 53, março de 1997.

VOLPI, M. Juventude: direitos humanos, segurança pública e sistema socioeducativo. In: JULIÃO, E. F.; VERGÍLIO, S. S. (Orgs). **Juventude, Políticas Públicas e Medidas Socioeducativas**. Rio de Janeiro: Passei Direto, 2013. p. 37-47.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

APÊNDICE A

TERMO DE COMPROMISSO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA PESQUISA

A pesquisa “A Prática Docente no Complexo Penitenciário Pomeri e a relação com o processo de Ressocialização: Um Estudo de Caso”, é de responsabilidade da discente Juliana Garcia Rigolin, domiciliada na Rua 49, nº 140, Bairro Boa Esperança, Cuiabá-MT, telefone para contato: 65 9928-4838 e 65 3664-2938 e e-mail: jrigolin@gmail.com. É requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), localizada na Rua São João s/n, Bairro Cavallhada II, Cáceres-MT. Será realizado na Escola Estadual Meninos do Futuro, localizado na Avenida Dante Martins de Oliveira, S/N, Bairro Planalto, Cuiabá-MT. Este estudo tem como objetivo conhecer como a prática docente na Escola, localizada no Complexo Socioeducativo Pomeri, contribui para a ressocialização dos reeducandos. Cujo problema tem o seguinte questionamento: De que modo a prática docente na Escola Estadual Meninos do Futuro, do Complexo Socioeducativo de Cuiabá (Pomeri) tem contribuído com a ressocialização? Para responder essas questões será realizada uma pesquisa com os professores que lecionam na Escola, a mais de uma no letivo, em que serão sujeitos da pesquisa 5 (cinco) professores; serão incluídos como sujeitos significativos apenas os que aceitarem a participar da pesquisa. Pretendemos realizar uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso com inspiração no método histórico dialético; a mesma se realizará na sede da Escola Estadual Meninos do Futuro, onde utilizaremos alguns procedimentos na busca da experiência vivida por estes professores, num processo encadeado de coleta de informações que serão colhidas na Escola Estadual Meninos do Futuro; entre elas destacamos: a entrevista e o grupo focal. Iniciaremos com as observações onde iremos identificar através da mesma as práticas docentes em seu cotidiano e, logo em seguida, utilizaremos das entrevistas para uma investigação social e humana deste sujeito, seguido do grupo focal para apresentação dos resultados obtidos e, assim, realizar uma reflexão sobre a formação e a prática do ensino-aprendizagem e a ressocialização, no trabalho com os alunos, em conflito com a lei. Os envolvidos nesta pesquisa terão o direito de se retirar da mesma em qualquer fase da pesquisa por motivos pessoais, culturais, sociais, morais, religiosos e éticos; a identidade dos sujeitos será preservada, pois não haverá qualquer identificação dos sujeitos pesquisados, nem nos instrumentos de coleta de dados, nem no trabalho de dissertação, pois utilizaremos pseudônimos. Ao término da pesquisa os arquivos com as informações que podem identificar de alguma maneira os sujeitos serão deletados. Após serem esclarecidos(as) sobre as informações e no caso de aceitarem fazer parte do estudo, os sujeitos assinarão o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, que estará em duas vias, sendo uma delas do pesquisador responsável. A pesquisa de campo terá duração de seis meses, com a defesa pública prevista para 15/02/2021 a um custo de R\$ 3.104,90 (três mil cento e quatro reais e noventa centavos) e contará com o material permanente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Cáceres. Os resultados da pesquisa terão caráter público, dessa forma, os sujeitos, as instituições envolvidas e a sociedade em geral poderão apropriar-se dos resultados da pesquisa, rediscuti-los e propor novas reflexões acerca da função, papel e ações dos professores no contexto de internação de medidas Socioeducativas. O benefício será social à medida que diagnosticarmos de que modo o corpo docente compreende como se dá a sua formação e como essa formação pode contribuir com as práticas

desenvolvidas por eles em suas aulas, o que servirá de apoio às reflexões de outras instituições socioeducativas do Estado de Mato Grosso e, também, a comunidade acadêmica. E quanto aos impactos científicos apontamos o conjunto de informações acerca do levantamento de dados e suas informações produzidas, através dos professores, que podem alimentar as políticas públicas tanto do ponto de vista da formação dos mesmos como em melhoria de suas práticas. Para contatar com o pesquisador, solicitar informações sobre o andamento e os resultados da pesquisa, e também comunicar desistência os envolvidos deverão se dirigir ao Centro de Pesquisa em Ciências Humana (CPECH), na Cidade Universitária, Bloco nº 01, sala nº 06, Cáceres/MT, fone (65) 3223-0728. A reunião que deliberou favorável a aprovação do Termo de Compromisso ocorreu no dia 30 de agosto de 2019, sendo este assinado pelos representantes dos segmentos envolvidos.

Local e data:

Profª. Dra. Zulema Netto Figueiredo – Diretora de Unidade Regionalizada Político Pedagógico e Financeiro do Campus Universitário de Cáceres da Universidade do Estado de Mato Grosso

Prof. Espc. Marli Goveia de Oliveira - Diretora da Escola Estadual Meninos do Futuro)

Dr. Iberê Ferreira da Silva Junior – Superintendente de Administração Socioeducativo de Mato Grosso:

APENDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat, pelo telefone: (65) 3221 0000 ou pelo e-mail: cep@unemat.br. Para a elaboração deste documento foram seguidas as orientações do TUTORIAL N°.001/2012 – CEP-UNEMAT.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: A Prática Docente no Complexo Penitenciário Pomeri e a relação com o processo de Ressocialização: Um Estudo de Caso.

Responsável pela pesquisa: Juliana Garcia Rigolin

Endereço e telefone para contato: Rua 49, nº 140, Bairro: Boa Esperança, Cuiabá-MT; Telefone: (65) 3664-2938 e (65) 99928-4838

Essa pesquisa tem como objetivo geral conhecer como a prática docente na escola localizada no complexo socioeducativo Pomeri contribui para a ressocialização dos reeducandos. Pretendemos realizar uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso com inspiração no método histórico dialético. O projeto conta com o apoio do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Cáceres, que disponibilizará gravadores, computadores, mobiliário e o espaço físico para a realização das atividades (estudos, reuniões, orientações), além do acervo bibliográfico. A pesquisa se realizará na Escola Estadual Meninos do Futuro, que atende os alunos do Socioeducativo. Os sujeitos da pesquisa serão o corpo docente, que tenham mais de um ano de atividade na Escola, e ainda terão o direito de se retirar da mesma em qualquer fase da pesquisa por motivos pessoais, culturais, sociais, morais, religiosos e éticos. A identidade dos sujeitos será preservada, utilizando-se do pseudônimo, não havendo assim qualquer identificação dos sujeitos pesquisados, nos instrumentos de coleta de dados, nem no trabalho de dissertação. Ao término da pesquisa os dados serão descartados, ou melhor, os arquivos com as informações que podem identificar de alguma maneira os sujeitos serão desprezados. Utilizar-se-á para a coleta de dados a entrevista semiestruturada com um roteiro prévio, mas com flexibilidade, de modo que o sujeito entrevistado fale livremente, ou que seja feita uma pergunta pertinente, que foi levantada e percebida pelo pesquisador no momento da realização da entrevista. O convite e o agendamento da entrevista serão feitos individualmente, sem que os outros sujeitos saibam do horário, dia e local. Serão dois encontros agendados pelo celular. O primeiro para o estabelecimento do contato inicial, para explanar sobre o objetivo da pesquisa, e de sua importância para a sociedade, explicações sobre a entrevista, os cuidados adotados e, por fim, o convite à colaboração, à assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE e ao agendamento da entrevista, que ocorrerá em um segundo momento. Esta será realizada em um ambiente da preferência do entrevistado, dia e hora a combinar, via celular, de modo a preservar o anonimato e diminuir o risco de deixá-lo exposto e vulnerável ao conhecimento de seus pares e para se sentir à vontade e seguro. A entrevista terá questões que constituirão o perfil dos agentes socioeducativos e terá questões mais específicas organizadas em três eixos temáticos - Formação e Prática; Ensino-aprendizagem e Ressocialização; e Adolescentes e as ações pedagógicas. A pesquisa em questão, conforme Resolução n. 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, tem risco mínimo de dano material e imaterial, como lesão em direito: a

saúde, a integridade moral, intelectual, social e cultural aos sujeitos envolvidos pela característica ou pelos resultados do processo de pesquisa. Muito menos ocorrerá tratamento que viole a dignidade humana, os direitos humanos, nem sociais. Na entrevista propriamente dita, as identidades dos sujeitos serão preservadas, pois não haverá qualquer identificação dos mesmos nos instrumentos de coleta de dados, nem no trabalho de dissertação, pois utilizar-se-á de pseudônimo. E, ao término da pesquisa, os dados serão descartados, ou melhor os arquivos com as informações que podem identificar de uma maneira os sujeitos serão desprezados. Além da cautela, como prática e costume do pesquisador, e por estar tratando com o corpo docente de uma Escola Socioeducativa, que possui características e funções sigilosas, adotar-se-á cuidados redobrados, de modo a preservar a privacidade, a imagem, a honra, a integridade física e psíquica dos agentes socioeducativos, não marcando entrevista no interior do Centro Socioeducativo e dentro da Escola que fica dentro da Unidade, mas em locais em que os entrevistados se sintam mais à vontade, seguros, livres de qualquer coerção, intimidação ou pressão, sendo adotado, por parte da pesquisadora, cuidado/rigor/ética necessária para minimizar eventuais sinais de emoção, mal-estar, estresses ou exposição. Assim, independentemente de ser escolhido pelo entrevistado a própria casa, estará à disposição uma garrafa de água, para atendimento imediato em caso de alguma indisposição ou necessidade. à medida que os sujeitos possuem ritmo de trabalho que os expõem ao cansaço e ao limite físico e emocional, esses sinais podem surgir ao longo da entrevista, o que pode provocar interrupção imediata da mesma. O recomeço estará a cargo do próprio entrevistado que será consultado se continuará a entrevista, ou marcará outro encontro ou ainda se desistirá. Quaisquer das manifestações e outras possíveis, como: pedir para parar a entrevista, se negar a responder à pergunta, por parte dos entrevistados, serão respeitadas e mantida a devida ética para que não ocorra nenhum prejuízo aos participantes. E por fim, através dos procedimentos descritos e de outros que possam surgir durante o desenvolvimento do estudo pretende-se garantir que o material e os dados obtidos na pesquisa atendam exclusivamente à finalidade prevista no protocolo e de acordo com o consentimento do participante. O resultado da pesquisa terá caráter público, dessa forma, os sujeitos, as instituições envolvidas e a sociedade em geral poderão apropriar-se dos resultados da pesquisa, rediscuti-los e propor novas reflexões acerca do ensino-aprendizagem e a ressocialização. O benefício será social à medida que os resultados das observações e das entrevistas apresentadas a todos os envolvidos na pesquisa, através da técnica de coleta de dados “grupo focal”, despertará a relevância e qual o verdadeiro papel do professor dentro de uma Escola Socioeducativa. E quanto aos impactos científicos apontamos o conjunto de informações que podem alimentar outras possíveis pesquisas.

Local e data: _____

Nome: _____

Endereço: _____

RG/ou CPF: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura Responsável pela Pesquisa: _____

APÊNDICE C

ROTEIRO ENTREVISTA POR PAUTA

1) Caracterização do Entrevistado:

- Idade;
- Quantos anos leciona;
- Quantos anos no socioeducativo.

2) Questões:

- Descreva a respeito do cotidiano no Socioeducativo;
- Manifeste sobre os desafios pertinentes ao ensino aprendizagem no Socioeducativo;
- Comente a relação ensino-aprendizagem e a socioeducação;
- Aponte em seu plano de ensino os objetivos que visem a socioeducação.

ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP/UNEMAT

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Número do Parecer nº: 3.904.115

Data do Relatório: 08/03/2020

Dados do Parecer:

Este projeto de pesquisa é proposto a partir do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDU – da Universidade do Estado de Mato Grosso. Segundo a pesquisadora responsável pela pesquisa, a pesquisa “intitulada A prática docente no complexo penitenciário Pomeri e a relação com o processo de ressocialização: um estudo de caso da Escola, tem como objetivo geral conhecer como a prática docente na escola, localizada no complexo socioeducativo Pomeri, contribui para a ressocialização dos reeducandos. Buscamos resposta ao seguinte questionamento: De que modo a prática docente na Escola Estadual Meninos do Futuro do complexo socioeducativo de Cuiabá (Pomeri) tem contribuído com a ressocialização? A pesquisa é um Estudo de Caso de cunho quanti-qualis e abordagem histórico dialética. Para desenvolvermos a pesquisa utilizaremos os seguintes instrumentos de pesquisa: I) entrevista com os professores que já atuam na Escola; II) fonte documental. Os resultados da pesquisa serão de caráter público, dessa forma os professores, a escola envolvida e sociedade em geral poderão apropriar-se dos resultados da pesquisa, rediscuti-los e propor novas reflexões dos atores da escola sobre o tema ensino-aprendizagem e ressocialização, e também pensar em políticas públicas que venham atender a essa população. Este parecer é de 2ª versão do mesmo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

Assinado por
Severino de Paiva Sobrinho
Coordenador(a)

CÁCERES, 08 de março de 2020.